

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**TRAJETÓRIAS DE ACESSO À MORADIA: FAMÍLIAS DA COMUNIDADE
PAPAQUARA ANTES E APÓS REMOÇÃO**

MICHAELI DE FREITAS GOULART

FLORIANÓPOLIS

2011

2011

MICHAELI DE FREITAS GOULART

**TRAJETÓRIAS DE ACESSO À MORADIA: FAMÍLIAS DA COMUNIDADE
PAPAQUARA ANTES E APÓS REMOÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social. Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof. Dra. Vera Herweg Westphal

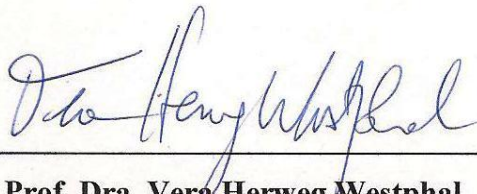
FLORIANÓPOLIS, 2011

MICHAELI DE FREITAS GOULART

**TRAJETÓRIAS DE ACESSO À MORADIA: FAMÍLIAS DA COMUNIDADE
PAPAQUARA ANTES E APÓS REMOÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Vera Herweg Westphal

Departamento de Serviço Social – UFSC

Orientadora



Mestre Juliane Caetano Justino

Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental

1ª Examinadora



Prof. Dra. Teresa Kleba Lisboa

Departamento de Serviço Social – UFSC

2ª Examinadora

Florianópolis, 06 de dezembro de 2011.

Aos meus pais e noivo

AGRADECIMENTO

Aqueles que acreditam em Deus sabem que em cada desafio que nos lançamos Ele estará presente, dessa forma, confirmando minha fé em Deus, agradeço-O por mais esta fase completada.

Agradeço aos meus amados pais, Marlene e José, pela paciência, estímulo e confiança que sempre direcionaram a mim. Ao meu amor, meu noivo Edson, conselheiro, crítico, minha consciência, meu encorajador.

À professora Vera Herweg Westphal, sempre muito serena e pronta à orientação. À professora Teresa Kleba Lisboa por ter aceitado fazer parte desta banca. À querida Juliane Caetano Justino que em pouco tempo conquistou minha admiração como pessoa e profissional, ética e comprometida, fazendo-me muito feliz ao estar nesta banca.

Como não agradecer a equipe da SMHSA pela oportunidade da aproximação com o fazer profissional, especialmente, à Rosangela Maria Piccoli e Elizonete Tietjen, minhas supervisoras de campo.

Os quatro anos de academia possibilitaram conhecer pessoas que farão parte de minha vida, lembranças e risos. Assim agradeço de todo o coração àquelas, que tornaram a minha caminhada acadêmica num momento de intenso conhecimento e alegria:

À Dinéia C. Marquesi, a amiga, a companheira, a madrinha. Agradeço-te por todo apoio, toda palavra de força: *“Ao final tudo irá dar certo, pois a vida é engraçada”*. Minha amiga para a vida inteira.

À Hilda Alonso, revolucionária. Aquela que ninguém entende e muitas vezes nem nós, as amigas. Muito obrigada pelas aulas instigantes através dos teus questionamentos.

À Gabriele Bolsoni, colega acadêmica e de campo de estágio, agradeço pelo teu exemplo de profissional comprometida e dinâmica.

À Késsia Ersching, obrigada pela tua alegria contagiante e objetividade.

À Kelli Krumennauer, a artista da turma, obrigada pela tua amizade.

À Aliene Barzoti, sempre positiva.

E a todas e todos os colegas do Serviço Social que fizeram parte desta história que se encerra após quatro anos.

Obrigada a todos!

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tematiza a relevância do aluguel social e a indenização aplicada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis às famílias da comunidade Papaquara após remoção devido a alagamentos contínuos na região a beira do rio Papaquara, em Vargem Grande. Diante da grande incidência de famílias migrantes na comunidade objetiva-se a análise da trajetória migracional e o acesso à moradia após a intervenção municipal. Inicialmente aborda-se a migração enquanto processo social e relação com a urbanização brasileira num sentido histórico, vinculado a questão habitacional e o direito à moradia. Na sequência apresenta-se a pesquisa empírica realizada, que contou com a análise de relatórios situacionais das famílias daquela comunidade através da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, e com a realização de entrevistas com famílias após seis meses da remoção da comunidade, com intuito de compreender a trajetória migracional até o local e a situação atual após a finalização do benefício Aluguel Social. Entre os resultados da pesquisa vislumbra-se que para as famílias a migração está como instrumento para tentativa da superação de pobreza e o trabalho como meio responsável para a melhoria da qualidade de vida. Assim, a pesquisa também oportunizou evidenciar de que forma a solução habitacional foi ou não alcançada, a percepção por parte dos entrevistados da intervenção municipal e a análise da ação municipal enquanto executora de política habitacional.

Palavras chaves: migração, moradia, aluguel social, vulnerabilidade social.

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Localização da comunidade Papaquara	37
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População Rural X Urbana de Florianópolis.....	19
Gráfico 2: Naturalidade dos responsáveis pelo domicílio	39
Gráfico 3: Estado Civil dos responsáveis pelos domicílios.....	40
Gráfico 4: Escolaridade dos responsáveis pelos domicílios.....	41
Gráfico 5: Profissão dos responsáveis pelos domicílios.....	42
Gráfico 6: Renda familiar mensal.....	42
Gráfico 7: Composição familiar	43
Gráfico 8: Tempo de moradia das famílias na comunidade	44

LISTA DE TABELA

Tabela 1: População Brasileira, segundo região de domicílio - 1940-2000.....	18
Tabela 2: Corte das famílias para entrevistas	46
Tabela 3: Perfil do/a entrevistado/a	48

LISTA DE ABREVIATURAS

APP	- Área de Preservação Permanente
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CMHIS	- Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
COHAB/SC	- Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
HBB	- Habitar Brasil
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
LOAS	- Lei Orgânica de Assistência Social
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PHF	- Política Habitacional de Florianópolis
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
PNH	- Política Nacional de Habitação
PMF	- Prefeitura Municipal de Florianópolis
PSH	- Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
SEMAS	- Secretaria Municipal de Assistência Social
SMHSA	- Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
SNH	- Sistema Nacional de Habitação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. MIGRAÇÃO E QUESTÃO URBANA.....	13
1.1 MIGRAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL	20
1.2 MIGRAÇÃO E QUESTÃO HABITACIONAL	23
1.3 DIREITO SOCIAL E MORADIA	24
2. A POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS EM SEUS IMPACTOS NA COMUNIDADE PAPAQUARA	27
2.1 A INTERVENÇÃO DA PMF NA REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE PAPAQUARA.....	30
2.2 INDENIZAÇÃO.....	31
2.3 POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL: INTERFACES COM A QUESTÃO HABITACIONAL ..	33
2.3.1 Aluguel Social.....	36
2.4 COMUNIDADE PAPAQUARA.....	37
2.4.1 Breve histórico	38
2.4.2 Caracterização da comunidade	38
2.5 TRAJETÓRIAS DE MIGRAÇÃO E MORADIA	45
2.5.1 Procedimentos de investigação	46
2.5.2 A realidade vivida pelos moradores.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	67
ANEXOS	72
ANEXO 01 – PAPAQUARA SEM SOLUÇÃO - JORNAL NOTÍCIAS DO DIA.....	73
APÊNDICE	75
APÊNDICE 01 – CONTROLE DAS ENTREVISTAS	76
APÊNDICE 02 – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	78
APÊNDICE 03 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	80

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de questionamentos oportunizados através do ingresso no campo de estágio em Serviço Social, na Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). A aproximação ao tema da questão habitacional emergiu em decorrência do atendimento às famílias atingidas pelas fortes chuvas ocorridas em janeiro de 2011 na comunidade Papaquara (comunidade estabelecida às margens do Rio Papaquara), localizada no bairro Vargem Grande, norte da Ilha de Santa Catarina. Posteriormente interessou-nos levantar e problematizar a trajetória migracional intrínseca a história das famílias na busca pela superação da condição de pobreza.

O objetivo geral deste trabalho consiste em compreender a trajetória migracional das famílias até a chegada na Comunidade Papaquara seguindo ao momento após as indenizações e a finalização do pagamento do aluguel social, destinadas a elas pela PMF, tendo como resultado a remoção da população da região ribeirinha.

Este trabalho tem sua importância na discussão e reflexão quanto à responsabilização dos sujeitos no contexto do déficit das políticas sociais, mormente no tema habitação, onde o Estado é figura executora, na realidade do mercado imobiliário e impossibilidade de acesso à terra urbana. Ambos desencadeiam o processo que não permite que a população de baixa renda permaneça em locais onde haja acesso à água e energia regularizada, coleta de lixo semanal, entre outros serviços urbanos. No presente trabalho busca-se entender a trajetória migracional das famílias pesquisadas em seus objetivos para superação da pobreza. Há o intuito de avaliar a ação do poder público no alcance efetivo do direito a moradia dos sujeitos pesquisados, buscando através da aproximação da realidade do universo das famílias entrevistadas vislumbrar o real reflexo da atuação do poder público frente às demandas da população.

Para o Serviço Social, a justificativa da centralidade do tema se coloca pelo fato da profissão realizar a sua intervenção junto às instituições executoras de políticas sociais na busca pela defesa do direito dos cidadãos a partir do reconhecimento da realidade. No processo de investigação deste trabalho estabelecemos como objetivos específicos: identificar a situação habitacional 06 (seis) meses após recebimento da indenização e aluguel social; identificar a trajetória migratória das famílias da comunidade Papaquara; caracterizar as ações realizadas pela Prefeitura de Florianópolis para o atendimento das famílias da comunidade do

Papaquara; e, avaliar a relevância do benefício eventual auxílio aluguel social e indenização enquanto acesso a moradia das famílias removidas da comunidade Papaquara.

Assim, este trabalho de conclusão de curso abrangeu uma pesquisa teórica, no intuito de busca subsídios analíticos de realidades vividas para o entendimento das relações entre migração, pobreza e habitação. Além disso, houve a análise de relatórios situacionais elaborados pela equipe social da SMHSA. Ainda foi realizada também uma pesquisa empírica por meio de entrevistas semi-estruturadas com entrevistados selecionados, nas quais foi analisada a trajetória migracional e o acesso à moradia das famílias da comunidade Papaquara.

O trabalho é organizado da seguinte forma: inicialmente será apresentada a discussão teórica para clarificar o entendimento e a relação existente entre: migração, questão urbana e habitacional, e o direito social à moradia. Em um segundo momento será feita abordagem da Política Habitacional de Florianópolis e da intervenção municipal frente à remoção das famílias da comunidade Papaquara. Segue-se com a exposição da caracterização da comunidade Papaquara tendo como base pesquisa documental na SMHSA. Na continuidade é apresentada a pesquisa que possibilitou analisar a trajetória migracional e a realidade vivida pelas famílias atualmente.

Por último, estão expostas as considerações finais com reflexões geradas a partir das investigações teóricas e a pesquisa realizada, no intuito de contribuir para o (re)conhecimento da realidade social e conseqüentemente a atuação dos assistentes sociais.

1. MIGRAÇÃO E QUESTÃO URBANA

A migração é um movimento de pessoas que sempre esteve presente na história das sociedades. O deslocamento de pessoas ocorre pela busca por novas oportunidades de trabalho e qualidade de vida, por fuga de situações de conflitos e guerras ou ainda por motivos de dominação política e exploração econômica de uma sociedade sobre outra. Assim, pessoas ou mesmo grupos de certa comunidade se deslocam de país, estado ou mesmo de cidade das quais eram originárias e naturais.

No intuito de exemplificar, pode ser levantada a forte migração européia que ocorreu no Brasil com a intensificação da indústria do café no século XIX, podendo mencionar também a migração africana tendo em vista o período escravocrata no século XVIII e XIX. Neste contexto, culturas diversas construíram a população do país:

Por volta de 1550, com a necessidade de braços para a lavoura canavieira, iniciou-se o tráfico de escravos africanos (estima-se que cerca de 3 milhões de africanos entraram no País de 1550 a 1850). A partir da segunda metade do século XIX, a implantação da cultura do café conduziu a uma imigração européia de grande magnitude; na primeira onda de imigração estrangeira (de 1880 a 1903) entraram 1,9 milhão de europeus, principalmente italianos, seguidos de portugueses, espanhóis, alemães (Levy, 1974), na segunda onda (de 1904 a 1930) entraram outros 2,1 milhões, destacando-se que essa etapa – em particular no pós Primeira Guerra Mundial – além dos italianos, nota-se a presença de poloneses, russos e romenos. A terceira onda de imigrantes estrangeiros (1930-1953) foi marcada por volumes bastante inferiores de entradas, com a chegada dos japoneses entre 1932 a 1935 e das novas imigrações espanholas, gregas e sírio-libanesas entre 1953-1960 (imigrações dirigidas em parte ao setor industrial). Os anos 60 encerraram a recepção da imigração estrangeira ao Brasil. Na verdade, com a imigração estrangeira diminuindo progressivamente depois de 1930, as próximas etapas da economia brasileira contaria com a participação das migrações internas. (BAENINGER, 2003, p.25)

Também, resgata-se com a autora que a migração passou a ser inversa a partir das décadas de 80 e 90 onde houve grande deslocamento de migrantes brasileiros para fora do país, tendo como principais destinos os Estados Unidos, Paraguai e Japão:

A segunda metade dos anos 80 voltou a trazer a questão da migração internacional para a agenda de pesquisa dos estudiosos. Num primeiro momento, foi o movimento de saída de brasileiros para o exterior que chamou a atenção do fenômeno e revelou a nova característica migratória do País; mais de um milhão de brasileiros encontravam-se fora do Brasil nos anos 90. (BAENINGER, 2003, p. 26)

A migração mostra-se como tema de estudo a partir das suas diferentes modalidades: internacional e internas, esta última pode ser dividida em: interestaduais e intermunicipais.

Desta forma, a migração é foco em diversas áreas de pesquisa, sendo as principais expostas na demografia e geografia. O foco central nas análises tem em vista o crescimento da população e a mobilidade espacial em suas determinações socioeconômicas:

[A] noção de vulnerabilidade [Entre migração e demografia], em razão de sua proximidade com o estudo dos geógrafos, está centrada nos locais, ou seja, pessoas em risco são pessoas vivendo em lugares vulneráveis a perigos. No entanto, não se trata de uma postura simplista. [...] Alia, numa mesma perspectiva, a dinâmica de eventos extremos (naturais e tecnológicos), a estrutura familiar (demográfica e social) e a percepção do risco (individual), para compreender o fenômeno migratório a fim de integrar as dinâmicas sociais (quem pode ou não escolher como e para onde migrar), ambientais (os fenômenos e danos físicos que atingem as pessoas e as famílias) e individuais (os elementos preceptivos e particulares que influem na vulnerabilidade e na tomada de decisão). (JR e HOGAN, 2005, p. 44)

Já nas teorias econômicas os estudos se concentram no entendimento das migrações como fomentadoras de mão força de trabalho e seus atenuantes como desemprego diante exército de reserva:

O ponto de partida [¹] de Todaro é o clássico artigo de W. A. Lewis, que observa, nos países em desenvolvimento, uma oferta ilimitada de força de trabalho, ou, em outras palavras, economias onde prevalece uma população numerosa com um grande crescimento vegetativo, face ao capital e aos recursos naturais disponíveis. Dadas as diferenças estruturais entre os setores rural e urbano da economia, é de importância decisiva a transferência de mão de obra entre os dois setores [...] Questiona, devido ao subemprego e desemprego generalizados nos países em desenvolvimento, que nem sempre o trabalhador migrante, sem qualificação, do setor rural poderá encontrar emprego permanente e bem remunerado no setor urbano. (BRITO, 2007, p. 05)

E por fim apresenta-se a sociologia urbana no que abrange a mobilidade enquanto “trajetórias habitacionais, percursos ocupacionais, deslocamentos cotidianos circuitos que articulam trabalho, moradia e serviços urbanos” (TELLES, 2006, p. 69). A sociologia busca o estudo das relações sociais no meio urbano e suas manifestações, estando a migração neste contexto de forma evidente quando Hirata, Júnior e Telles apresentam a pesquisa sobre a entrada no mercado de trabalho pelos moradores da Vila Marinalva e favela Cruzeiro em São

¹ Brito apresenta em nota de rodapé as seguintes obras dos teóricos: **TODARO, MICHAEL**; A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos, in Migração Interna, Textos Seleccionados, tomo I, coordenador, **MOURA, HÉLIO**; Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980 e **LEWIS, W. A.** El desarrollo economico con oferta ilimitada de trabajo, in **AGARWALA A. N. SINGH S.P.**, La economia del subdesarrollo, Editorial Tecnos, Madrid, 1963.

Paulo capital: “as redes familiares são acionadas nas estratégias de migração – funcionam como referência e acolhem os recém chegados, além de garantir a solidariedade nas situações difíceis” (2006, p.191).

Assim, após essa breve introdução para o entendimento do conceito de migração e as áreas que a tem como tema de estudo é possível expor o caso brasileiro no que atravessa a migração e a questão urbana.

A partir de 1940, observa-se a intensificação da industrialização, e consequentemente, a saída das famílias da área rural para a área urbana. A modernização não ocorreu somente nas cidades transformando-as em locais de oportunidades para ascensão econômica dos trabalhadores e motivo único do movimento campo-cidade. Mas a modernização no processo produtivo também chegou ao campo, através de novas tecnologias para a produção agrícola junto a concentração de terras em mão de grandes latifundiários gerando a intensa exploração da força do trabalho. Neste sentido, a geração de lucro, valendo-se para o campo e cidade, exige do capitalista a matéria prima, maquinarias e a força de trabalho.

Segundo Eaton, para a confecção de um determinado produto, o capitalista adquire matéria prima, maquinarias e ao final do processo produtivo repassa, sem modificação, o valor daquilo que foi adquirido ao produto. No entanto, para a acumulação de capital é necessário extrair valores para a manutenção da mais-valia (lucro). O lucro do capitalista está na subtração do valor produzido pelo trabalhador, e alcança-se isso, haja vista, que operário vende sua força de trabalho ao mais baixo preço frente ao valor que gera ao patrão capitalista. Este autor explica:

Os valores produzidos pelos trabalhadores excedem, de muito, o valor de seus meios de subsistência, ou seja, o valor de sua força [sic] de trabalho, comprada por salários pelos capitalistas (...). Compreendido isso, está compreendido o segredo do lucro, a fonte do lucro é a diferença entre o valor da força de trabalho do operário e o valor que ele produz. O valor que o operário produz, acima e além do valor de sua força de trabalho, é denominado de mais-valia. (1965, p.84).

Na lógica da relação campo-cidade no processo de crescimento das indústrias, a exploração do camponês potencializou a precariedade da vida da população rural provocando grande êxodo rural em busca de melhores condições de vida, sobretudo nas cidades. Palmeira (1989), com base em vários outros autores, denomina este processo de “modernização conservadora” e expõem suas consequências:

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da sociedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, efeitos perversos: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades das rendas aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão “modernização conservadora” (1989, p. 87).

Esta “modernização conservadora”, que atinge o campo e a cidade, caminha coesamente com a acumulação do capital confirmando-se como gênese da chamada Questão Social². Na contemporaneidade temos com a orientação neoliberal do Estado a intensificação da exploração da força do trabalho, flexibilização do Estado frente às políticas públicas, a flexibilização do trabalho, desregulamento dos contratos de trabalho, fazendo com que o acesso da classe trabalhadora aos bens e serviços fique cada vez mais precarizada. Justino esclarece que:

Nos países ditos em desenvolvimento, essas transformações perpassaram pela ideologia “neoliberal”, que fomenta a diminuição das responsabilidades do Estado na área social, repassando essas tarefas à sociedade civil, que, pela via da “solidariedade” e pela concorrência do livre mercado, iriam “regular” e resolver as desigualdades então existentes [...]. (2011, p. 29)

Neste contorno, ocorre nas grandes cidades brasileiras um denso processo de ocupações ilegais e irregulares, mostrando uma realidade social: a falta de moradia. No contexto do processo de urbanização e industrialização as migrações aparecem como alimentadoras da força de trabalho. Brito pondera que:

(...) o destino fundamental dos migrantes que abandonavam os grandes reservatórios de mão de obra – o Nordeste e Minas Gerais, principalmente – eram as grandes cidades, particularmente, os grandes aglomerados metropolitanos em formação no sudeste, entre os quais a Região Metropolitana de São Paulo se destacava. (2007, p. 12).

A urbanização, em sua gênese, no Brasil contemplou a “valorização” das cidades abarcando um planejamento excludente aos mais pobres, afastando-os dos centros urbanos, impossibilitando o acesso digno à moradia para grande parte da população e agindo como catalisador da periferização, segregação, degradação ambiental, má qualidade de vida e violência nas cidades (MARICATO, 2000). Apresenta-se, historicamente, nítida a intenção de

² A Questão Social é aqui entendida como “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p.27).

promover a entrada de capital investidor, de tal forma, a subsidiar o fortalecimento do sistema econômico acumulativo. Para tal resgatam-se Costa e Lima:

[O] desenvolvimento foi marcado por uma urbanização das cidades de modo segregador, devido, dentre outros fatores, a necessidade de atrair investimentos. Deu-se início ao embelezamento dos centros urbanos, com uma intensa política de ocupação de terras, instalações de vias de circulação, dentre outras melhorias, e em prol disso a população de baixa renda ia sendo empurrada para locais mais afastados da cidade, constituindo as periferias. (2004, p. 164.)

Retrocedendo uma década ao momento cronológico anterior, no intuito de auferir dados históricos para o entendimento da construção urbana brasileira, Maricato destaca que a partir de 1930 a hegemonia burguesa entra no cenário urbano atuando com a eficiência, a ciência, a técnica, substituindo o conceito de embelezamento das cidades, e introduzindo no planejamento urbano a preocupação social. No entanto, este não é cumprido, mas sim camuflado:

De um lado estava dada a impossibilidade de ignorar os "problemas urbanos", de outro a impossibilidade de dedicar o orçamento público apenas às obras, especialmente às obras viárias, vinculadas à lógica do capital imobiliário, de maneira aberta ao debate, sem sofrer críticas. Quando a preocupação social surge no texto, o plano não é mais cumprido. Ele se transforma no plano-discurso, no plano que esconde ao invés de mostrar. Esconde a direção tomada pelas obras e pelos investimentos que obedecem a um plano não explícito. A elite brasileira não era suficientemente hegemônica para divulgar e impor seu plano. Os problemas urbanos ganhavam novas dimensões. (2000, p. 138).

No período do regime militar é visto uma maciça preocupação com o planejamento urbano havendo uma quantidade inédita de Planos Diretores elaborados neste período. A maior parte dos especialistas responsáveis por estes planos não estavam engajados na realidade sociocultural da população, sendo que a população não foi ouvida, como também os representantes municipais, assim, ocultando a questão habitacional de seus conflitos reais, podendo ser visto em Maricato:

Foi durante o regime militar que a atividade de planejamento urbano mais se desenvolveu no Brasil. As diretrizes foram dadas pela PNDU- Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, prevista no PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado para o governo do General Ernesto Geisel, em 1973. Dois órgãos federais se tornaram implementadores dessa proposta: a SAREM - Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios e o SERFHAU- Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. A primeira controlava o Fundo de Participação dos Municípios e a segunda o Fundo de Financiamento ao Planejamento. Mais adiante foi criada a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas, organismo que visava incorporar as regiões metropolitanas, criadas pela Lei Complementar 14 de 1974, ao sistema de planejamento urbano e municipal. A CNPU controlou o FNDU

Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano e o FNTU - Fundo Nacional de Transporte Urbano, transferido posteriormente para a abrangência da EBTU (Empresa Brasileira de Transporte Urbano). O Brasil tinha um sistema e diretrizes de planejamento que vigoraram até os anos 1980, segundo Maria Adélia de Souza, uma de suas idealizadoras (Souza, 1999). Uma quantidade inédita de Planos Diretores foi elaborada no período. Escritórios técnicos de consultoria e planejamento se multiplicaram. Álibi ou convicção positivista, o planejamento foi tomado como solução para o "caos urbano" e o "crescimento descontrolado". Essas idéias dissimulavam os conflitos e os reais motores desse "caos". A maior parte desses planos foi elaborada por especialistas pouco engajados na realidade sociocultural local. A população não foi ouvida e, frequentemente, nem mesmo os técnicos municipais (Villaça, 1999). (2000, p. 138-139)

Assim, como destacado acima, os planos tinham características de serem tecnocráticos, sendo elaborados por especialistas sem consulta e participação popular. Neste contexto, Maricato (2000) ainda expõe as consequências mais pontuais desse processo de urbanização: a depredação ambiental que é promovida por essa dinâmica de exclusão territorial e assentamentos espontâneos, e a escalada de violência, que pode ser mediada pela escala de homicídios evidenciada de forma mais intensa nas áreas marcadas pela pobreza homogênea nas grandes cidades. Esses resultados desastrosos estão intimamente ligados pela precariedade em relação aos serviços públicos nestes locais, destacando a cidadania como privilégio dos grandes centros urbanizados e não como direito.

Segundo o IBGE, a partir de 1970 é possível verificar que a população rural passa apresentar menor número representando um país cada vez mais urbano, sendo esse movimento perceptível a partir das décadas seguintes. Esta realidade está expressa na tabela 01 a seguir.

Tabela 1: População Brasileira, segundo região de domicílio - 1940-2000

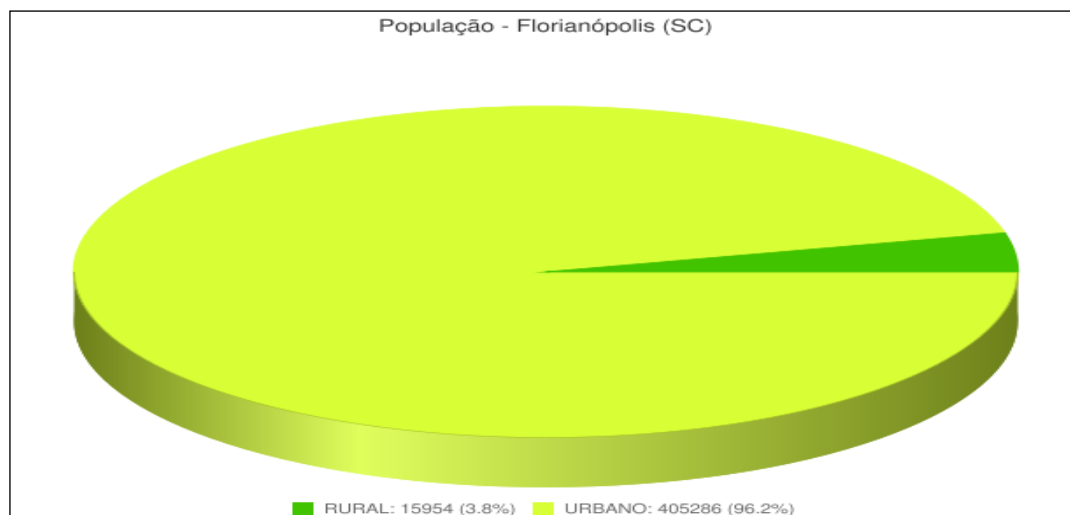
ANOS	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
1940	41.276.315	12.880.082	31	28.356.133	69
1950	51.944.397	16.782.891	32	33.161.506	68
1960	70.060.457	31.203.034	44	36.767.423	56
1970	93.139.037	52.084.974	56	41.054.053	44
1980	119.002.706	80.436.409	67	38.566.297	33
1991	146.825.475	110.991.090	75	35.834.485	25
1996	157.070.163	123.076.831	78	33.993.332	22
2000	169.799.170	137.953.959	81	31.845.211	19

Fonte: IBGE, Dados Históricos dos Censos (1997).

Deste modo, confirmando a prevalências da população urbana, o Censo Demográfico de 2010 revela que o número da população brasileira é formada por 190.732.694 pessoas, das

quais que dessas 15,6 % moram em regiões rurais enquanto 84,4% da população estão inseridas no perímetro urbano. No Estado de Santa Catarina o Censo Demográfico de 2010 trouxe uma população formada por 6.248.436 de pessoas, sendo que dessas, a Capital do Estado está representada em 421.240 pessoas, e do total da população de Florianópolis, apenas 15.954 pessoas são residentes em região rural, ilustrado no gráfico 01.

Gráfico 1: População Rural X Urbana de Florianópolis



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Demográfico 2010.

Esses dados evidenciam que cada vez mais a população do país passa a residir na região urbana, podendo essa ocorrência ser reconhecida na Capital de Santa Catarina. Este fato indica que na região urbana aumentará a demanda não só por moradia, mas também por equipamentos públicos que a envolvem, como: educação, saúde, transporte, segurança pública e outros serviços.

As migrações e o déficit habitacional apresentam-se destacados na realidade do processo de urbanização no Brasil, e em detrimento está o direito social a moradia, este assegurado na Constituição Federativa do Brasil de 1998. Estes temas serão aprofundados nos próximos itens.

1.1 MIGRAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Como já exposto, a migração consiste no movimento de uma pessoa ou família para fora do seu local de origem, podendo ser denominada como migração interna ou migração externa. A primeira está contida em migrações realizadas dentro do próprio país e a segunda quando são ultrapassados os limites do país de origem. Fraga explica que:

As migrações são movimentos de pessoas de uma região para outra e relacionam-se com as transformações econômicas, sociais e políticas que ocorrem em diferentes lugares. São internas quando ocorrem dentro de um mesmo país e externas quando se dá de um país para outro. A emigração é a saída da população de um lugar, e a imigração é a entrada ou chegada de estrangeiros num lugar. (2001, p. 11).

Tendo como ponto de partida a análise de Singer, temos no processo migratório a manifestação do instrumento de sobrevivência de uma parcela da população que encontra-se pauperizada. A estratégia da migração consiste na busca para alcançar aos seus meios de subsistência social, econômico e político, e decorre da exploração de classe. Para Singer, “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (1980, p. 217).

O autor ainda apresenta que existiriam fatores de expulsão e de atração para o fenômeno migracional, sendo o ponto essencial vinculado às desigualdades regionais, ou seja, a população migrante passa a se locomover saindo do local de origem diante da não perspectiva de trabalho e busca pelo aumento de renda. Ou seja, a população pobre do campo visando à melhoria da qualidade de vida, desloca-se para as grandes regiões industrializadas sedentas pela força de trabalho e essas áreas surgem refletindo uma gama de fatores de atração. Via-se no lugar de origem sinais de expulsão com a também modernização do campo – grandes proprietários e tecnologias - que criara uma concorrência desigual com o pequeno produtor camponês. Esses motivos intensificariam a migração para regiões com poder de atração, poder este estando no oferecimento de empregos e possível melhora na qualidade de vida.

No entanto, Singer contextualiza que apesar da percepção dos migrantes em estarem adentrando em locais que dariam oportunidade de mudança, onde haveria ali uma melhor probabilidade de sucesso e ascensão social, havia o fato de que esses trabalhadores estariam confrontados com uma nova dificuldade: a inserção no mercado de trabalho. Neste sentido

Brito elucida esta questão ao expor que: “contudo, mesmo para Singer, os imigrantes encontrariam o seu lugar no capitalismo como exército de reserva” (2007, p.8).

O migrante depara-se com novas determinações que o remetem a uma realidade de faltas, dificuldades, na maioria das vezes por não estar acostumado com as novas características do local a que ingressa, a condição de migrante colocá-o diante de uma série de vulnerabilidades. A discussão sobre a vulnerabilidade abrange diversos aspectos que determinam a má qualidade de vida dos sujeitos podendo circular a dimensão da ofensa física, como é visto em Lussi e Marinucci, para os quais:

A expressão “vulnerabilidade” refere-se à “qualidade ou estado do que é ou se encontra vulnerável”. Etimologicamente, “vulnerável” vem do latim *vulnus-neris*, que significa “ferida”. Trata-se da pessoa que “pode ser fisicamente ferida” ou que está sujeita “a ser atacada, derrotada, prejudicada ou ofendida. (2007, p. 02).

Logo, a vulnerabilidade observada na realidade migrante abrange-a em suas variadas faces, até mesmo antes de sair da cidade de origem. “Normalmente [o migrante], já vivia situações de vulnerabilidade ainda antes de sair de sua terra, e, enquanto migrante, participa de realidades como o mundo do trabalho e as diferenças étnicas” (LUSSI e MARINUCCI, 2007, p. 14).

As discussões geradas para entendimento das migrações internas deixam em evidência as disparidades econômicas regionais do país como proporcionadoras do grande impulso para as migrações, haja vista, que os grandes centros urbanos apresentam-se com potencial de captação dos trajetos migratórios devido à industrialização ou rede de serviços. Este é o caso da Capital Catarinense que a partir de 1980 passa a apresentar grande potencial turístico, tendendo a oferecer “maiores chances” no que se refere às oportunidades de empregos, e ainda anterior aos apelos turísticos é observado o processo de migração com a criação de vilas operárias devido ao incentivo à urbanização pelo governo do Estado de Santa Catarina entre 1945-1962, como nos traz Justino:

Essas Vilas visavam muito mais os interesses políticos da época, de acelerar o processo de urbanização da capital e atender os interesses dos grandes latifundiários do planalto catarinense que faziam parte e/ou integravam as coligações políticas nacionais e que administravam o Estado. Ressaltamos que, naquele momento, a Capital não possuía indústria significativa e nem outra forma de mercado econômico. Desse modo, as Vilas Operárias foram uma forma de incentivo para os servidores manterem-se na capital e, conseqüentemente, desenvolvessem a economia local, ação esta muito longe do desenvolvimento econômico que começava a tomar forma no Estado. (2011, p.58)

Todavia, diante do histórico investimento do Estado a favor da ofensiva do capital, em detrimento da população trabalhadora, nota-se que a tentativa de busca por melhores condições de vida nas grandes cidades não é vislumbrada como plena segurança de sucesso para os migrantes. Assim expõem Brito:

[...] em consequência dos grandes desequilíbrios regionais e sociais marcantes na economia na sociedade brasileira, deve ser enfatizado que o espaço em que se organizam as trajetórias migratórias não é economicamente, nem socialmente, homogêneo. Portanto, o mercado de trabalho nacional que se constitui, o espaço territorial que se integra e a nação que se constrói trazem as marcas da diversidade e da desigualdade. Nesta perspectiva, as migrações podem contribuir para a reprodução dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais. (2002, p. 5-6).

Os migrantes ao entrarem nos grandes centros urbanos, na expectativa de encontrem empregos, deparam-se com dificuldades de permanência nestas áreas e a impossibilidade de ingressarem no mercado de trabalho. Todavia, para estabilizar moradia permanente nos centros urbanos é necessário ter a capacidade econômica de adquiri-la, o que, na maioria das vezes, essa parcela da população não possui, acarretando, assim na construção de moradias precárias e longe das áreas de empregabilidade. Por sua vez, a baixa escolaridade e qualificação profissional impulsionam os migrantes para trabalhos informais, sem segurança da legislação trabalhista, com salários que não proporcionam os denominados mínimos sociais, gerando o agravamento da situação de pobreza. Neste sentido, Brito demonstra a realidade de insucesso e agravamento da condição vulnerável da população migrante ao dizer que “a história mostrou que eram muitos os migrantes, mas nem todos conseguiam transformar a sua esperança em realidade, apesar do dinamismo da economia e da abertura propiciada pelas mudanças em direção à modernização social” (2007, p.15). É visível que a modernização tornou-se meio de intensificação da segregação social, já que, impôs limites para a inclusão no mercado de trabalho da população migrante, agravando às dificuldades anteriormente vividas no local de origem. A questão da migração é condição de vulnerabilidade e está, assim, vinculada a questão habitacional, tema exposto a seguir.

1.2 MIGRAÇÃO E QUESTÃO HABITACIONAL

A frágil relação entre o cidadão e a moradia revela-se como o objeto da questão habitacional. Esse delicado elo não contempla exclusivamente o não acesso, mas, também a sua qualidade, pois a habitação não contempla apenas paredes, portas, janelas e telhados, mas abarca as condições de urbanidade, ou seja, ruas com infra-estrutura de saneamento, mobilidade e condições de lazer e convivência. Os indicadores de habitabilidade mudam e somam-se no decorrer do tempo, abarcando definição de “moradia ideal” vinculado à qualidade dos serviços que a envolvem, “como um conjunto de elementos ligados ao saneamento básico, serviços urbanos, educação e saúde” (LORENZETTI, 2001, p. 03). Destarte, a questão habitacional está posta no déficit habitacional e/ou a precariedade do acesso à moradia, pois há como ponto de partida que não há resolutividade da questão habitacional diante de uma unidade habitacional sem seus essenciais componentes e, de imediato, o acesso à moradia torna-se extremamente precarizado pelas faixas mais empobrecidas da população brasileira, exemplificando com a definição do IBGE:

[A] situação se agrava quando as famílias, por falta de alternativas, fixam a moradia em terreno de propriedade alheia, de forma desordenada e carente de serviços essenciais como água, luz e esgoto, constituindo as favelas. (apud KORC, 2005, p.8)

A migração potencializa a escassez do acesso à habitação e seus elementos intrínsecos. Assim, assiste-se nas periferias locais onde famílias de diversas regiões do país buscam oportunidades e acabam estruturando suas casas em áreas de risco, com materiais construtivos inadequado, configurando que a:

Única alternativa para milhões de famílias desprezadas pelo poder público e ignoradas pela sociedade, a “moradia indigna” avança sem limites na ocupação desordenada do solo, com a construção à beira dos rios e córregos ou no fundo dos vales, contribuindo para o agravamento de inundações e enchentes em toda a cidade. Ou também com a edificação nas encostas, abrindo caminho à erosão e deslocamentos de terra que entopem as galerias de águas pluviais, córregos e rios, com os mesmos efeitos calamitosos. Ou com a explosão de verdadeiros bairros, em loteamentos ilegais, em regiões importantes para a preservação do meio ambiente, como as áreas de mananciais ou reservas florestais, contribuindo para a poluição das águas e da atmosfera. Única alternativa para as famílias que precisam de um domicílio, a moradia indigna é, involuntariamente embora, um forte agente agressor do meio ambiente, com todas as suas conseqüências desastrosas para a qualidade de vida de toda a população. (INSTITUTO CIDADANIA, 2000, p. 13).

Porém, essa população pauperizada não possui meios de agregar suas moradias em regiões formais na cidade, tendo em vista a precarização do trabalho e remuneração imposta pela desqualificação profissional e baixa escolaridade, já que “o mercado de trabalho torna-se rígido, com uma cadeia de pré-requisitos educacionais e de treinamentos extremamente excludentes para a grande maioria da população migrante” (BRITO, 2007, p.18).

O déficit habitacional ou/e a habitação precária, nas grandes cidades, estão vinculados a um processo que envolve a problemática da intervenção política em relação a este tema, ou seja, não há políticas públicas adequadas para atender a população mais pobre, sendo visto, em sua maioria apenas ações emergenciais de curto prazo.

A questão habitacional é uma expressão da questão social, apresentando-se em diversas formas nesta configuração e sendo demanda de atuação do Serviço Social. Neste sentido, Iamamoto aborda que “os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais com os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc.” (2008, p.28). As expressões da questão social são várias, neste caso a questão habitacional, que na sua relação com o direito social à moradia será abordado a seguir.

1.3 DIREITO SOCIAL E MORADIA

Direito consiste no exercício da cidadania, assim o cidadão de direito é aquele que tem a capacidade para acessar a educação, saúde, assistência social, moradia e demais direitos assegurados. Os direitos sociais possuem como função garantir aos sujeitos meios de assegurar condições para acesso a bens e serviços, tendo o Estado como garantidor da execução destes. Segundo Velloso, há direitos de 1ª, 2ª e 3ª geração, onde os direitos sociais no Brasil fazem parte dos direitos da 2ª geração abarcando os “direitos sociais econômicos e culturais, de herança socialista: direito ao bem estar social, direito ao trabalho, à saúde, à educação, são exemplos desses direitos” (2003, p.03). O autor ainda exemplifica os direitos de 1ª e 3ª geração, sendo os de 1ª geração os de origem liberal (civis e políticos) e os de 3ª geração consistindo os direitos identificados como coletivos (por exemplo, os difusos, como o meio ambiente).

Silva esclarece que “os direitos sociais são aqueles que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais, portanto, são direitos que se ligam ao direito de igualdade” (1999, p. 290). Esses direitos para serem efetivados devem ser defendidos e assumidos pelo poder público, pois somente através de políticas públicas e políticas econômicas sua efetivação e ampliação serão concretizadas. No entanto, as políticas sociais não resultam somente da vontade de determinada gestão governamental (federal, estadual, municipal), mas contornam uma realidade da pressão social frente a determinadas demandas não respondidas pelo Poder Público.

Silva clarifica que direitos sociais são (apud VELLOSO):

[...] prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. (2003, p. 4- 5).

Destarte, o direito social à moradia está firmado no artigo sexto da Constituição Federal, de forma a garantir, legalmente, ao cidadão brasileiro o acesso à moradia:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

Ainda, a Constituição Federal apresenta a responsabilidade da esfera do poder público municipal na efetivação do direito social através da execução da política pública urbana:

Art. 182 A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

No entanto, a moradia como direito social tem se mostrada impotente de ser plenamente alcançada, visto que caminha opostamente a ofensiva do mercado imobiliário e a incapacidade do poder público de responder as demandas da população. Observa-se a responsabilização dos sujeitos frente à superação da defasagem das políticas sociais onde o Estado é figura executora. Logo, a maneira pela qual a população de baixa renda alcança o direito a moradia, mesmo de forma precarizada, é a fixação destes cidadãos em locais onde não há o acesso à água e energia regularizada, coleta de lixo sistemática, entre outros serviços,

tornando-se munícipes sem referenciais dentro da cidade e não possuindo o direito à um endereço formal e/ou legal. Neste sentido, Justino clarifica que:

[...] a localização da família no espaço urbano é uma das prioridades na inserção ou exclusão social, pois é a partir desta que se torna possível ou não ter acesso a uma série de benefícios urbanos. Com isso, a política de habitação não deve ser planejada como um “mero teto”, pois sua concepção representa uma porta de entrada para a superação da exclusão no direito à cidade. Daí a importância da implementação de políticas urbanas e habitacionais que formulem e executem programas e serviços numa dimensão da universalidade, entendendo que todos os cidadãos têm igual direito no acesso à cidade, incluída aí a moradia. Entretanto, sabemos que isso é algo distante da realidade brasileira (2011, p.19).

Assim, o direito a moradia apresenta-se como forma imprescindível para a existência dos indivíduos e meio a suas relações pessoais e com a cidade (Justino, 2011). E a sua efetivação plena transforma os sujeitos em cidadãos de direitos frente a uma sociedade que exclui e os mantém a margem do ingresso às políticas públicas de acesso a cidade, contraditoriamente ao seu protagonismo na produção da riqueza que sustenta o sistema econômico capitalista.

A migração enquanto um instrumento para a “superação da condição de pobreza” passa a ser um meio para alcançar o acesso à moradia, pois através de novas oportunidades, que julga encontrar na nova cidade, o migrante acaba por resolver sua solução habitacional através de locais que não apresentam condições necessárias para a existência de uma habitação. No processo de migração o migrante fica exposto a ocupações ou mesmo compra de lotes e casas de maneira ilegal e em locais de riscos. Este processo e as ações decorrentes não garantem o direito social à moradia, visto não comportarem os padrões inerentes a uma habitação, como por exemplo, saneamento básico e acesso à terra urbanizada e regularizada.

2. A POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS EM SEUS IMPACTOS NA COMUNIDADE PAPAQUARA

A Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) elaborou a Política Habitacional de Florianópolis (PHF) ³ em coerentemente às determinações do Sistema Nacional de Habitação (SNH). Este sistema integra a Política Nacional de Habitação (PNH) e possui como princípios:

[...] moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infra-estrutura, saneamento ambiental, modalidade, transporte coletivos, equipamentos, serviços urbanos e sociais [...]; o acesso a terra urbanizada; questão habitacional como uma política de Estado uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário; na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários; gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade; e articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais. (PNH, 2004, p.31).

Para os municípios aderirem ao SNH, cuja base está em estabelecer formas de articular ações entre as três esferas de governo a fim de resolver a moradia digna à população de menor renda, de forma descentralizada e com o controle social, é necessário que venham atender algumas determinações. Assim, a elaboração da Política Municipal de Habitação compreende: a criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS)⁴ e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que será gerido pelo CMHIS.

A PHF possui como objetivo geral a universalização do acesso à moradia digna “promovendo a melhoria das condições de habitabilidade, a preservação ambiental e a qualificação dos espaços urbanos” (PHF, 2009, p.25). Entre os seus instrumentos estão:

³ A PHF é reflexo do Programa HBB aplicado em Florianópolis (2000), que segundo Justino: O Programa HBB compreendia dois subprogramas: o Desenvolvimento Institucional (DI) e a Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS), os quais tinham como finalidade a operacionalização do apoio financeiro de Municípios e Estado. A operacionalização do DI dizia respeito à capacitação dos municípios (em termos de condições técnicas), já que grande parte destes não disponibilizava de técnicos capacitados para atuarem na área de desenvolvimento urbano e na questão habitacional existente. Para efetividade e operacionalização desse trabalho, exigia-se a criação de uma Unidade Executora Municipal (UEM), a partir de acordo realizado entre as partes, com assinaturas do convênio SEDU (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano), CEF (Caixa Econômica Federal e Município). (2010, p.52)

⁴ Segundo a lei 11.124/05 que dispõe sobre o SNHIS e cria o FNHIS, o CMHIS deve ser composto por entidades públicas e privadas, segmentos ligados a áreas de habitação com garantia do princípio democrático na escolha de seus representante e também em seus representantes apresentar a proporção de ¼ das vagas aos representantes dos movimentos populares.

- A SMHSA criada a partir da lei complementar n° 158 de 2005, sendo o Órgão gestor da PHF;
- O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social⁵ (CMHIS), que possui como atribuição auxiliar o executivo municipal na formulação e no acompanhamento da PHF;
- O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que se apresenta como suporte financeiro das ações do município e possui como prerrogativa a existência do CMHIS;
- Instrumentos de intervenção no uso do solo⁶;
- Instrumentos de controle, para fiscalização do uso e ocupação do solo;
- Instrumentos de rotina, para garantir a execução da PHF, como por exemplo, fiscalização, monitoramento das obras e qualificação dos planos e projetos;
- Instrumentos de educação urbana e ambiental;
- Sistema de monitoramento de e avaliação;
- Plano Municipal de Habitação, que apresentará metodologia, diagnóstico, instrumentos financeiros, participação de todos os segmentos da sociedade;
- A Conferência Municipal de Habitação, como instrumento de permanente discussão da PHN.

Há ainda a previsão de programas que visem o enfrentamento do déficit habitacional, repercutindo “diretamente na produção de novas unidades habitacionais e na melhoria das condições de infraestrutura, fundiárias e sociais dos assentamentos precários”. (2009, p.37).

Em 2011 a PMF possui como principais programas os vinculados a repasse de recursos das esferas Federal, Estadual e ainda internacional abarcando: (1) Programa Habitar Brasil – BID; (2) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH; (3) Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com intervenções do Maciço do Morro da Cruz.

O Programa Habitar Brasil – BID, tendo como específico o Projeto Morro do Mocotó e Chico Mendes, tem como objetivo promover a urbanização da área de intervenção buscando intervir nas áreas de risco que possibilita perigo para a integridade física dos moradores desta comunidade. Também visa à capacidade de geração de renda; a conscientização para a

⁵ Está em processo de composição em setembro/2011.

⁶ “Na viabilização de planos, programas e projetos habitacionais, o município deverá dispor, dentre outros, dos seguintes instrumentos: banco de terras; incentivos e benefícios financeiros; parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; IPTU progressivo no tempo; desapropriação com pagamento em título de dívida pública; consórcio imobiliário; usucapião especial e coletivo; direito de superfície; direito de preempção; outorga onerosa do direito de construir ou alteração de uso, operações urbanas consorciadas; transferência do direito de construir; estudo de vizinhança e zonas especiais de interesse social (ZEIS)” (PHF, 2009, p. 32)

preservação do meio ambiente e mobilizar a população na participação em todas as etapas do Projeto.

O PSH é um Programa da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC, que estabelece o seguinte leque de parceiros: a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, como responsável pela execução das obras e palestras sócio-educativas; a Secretaria Municipal de Assistência Social através do CRAS e os moradores na relação com suas entidades representativas como as associações comunitárias. O Programa diz respeito à construção de 60 unidades habitacionais, com área total de 30m² sendo de madeira, com banheiro de alvenaria, em terrenos pertencentes aos moradores beneficiários do Programa.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê obras de proteção, contenção e estabilização do solo. Vislumbra atividades de organização comunitária e educação sanitária e ambiental. Este Programa é executado concomitantemente em outras cidades brasileiras.

Ele é um novo conceito de investimento em infraestrutura que, aliado a medidas econômicas, vai estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011).

O PAC é o grande demandador de intervenções físicas e sociais da PMF por meio da SMHSA. Ou seja, as demandas respondidas por esta Secretaria são aquelas que estão respaldadas em projetos e programas habitacionais do governo federal, não havendo recursos para o atendimento de forma universal, fazendo com que cresça a lista de demanda habitacional reprimida no município. Quando surge uma demanda isolada aos projetos, há o reconhecimento desta, porém não é possível responder com alguma política pública habitacional de maneira imediata.

As demandas que chegam a PMF não são respondidas por meio da PHF, tendo em vista que o município não possui recursos para os atendimentos em outras comunidades. As intervenções concretas são realizadas somente com recursos federais e internacionais que estão à disposição para a operação dos projetos PAC e HBB respectivamente.

Muitas dessas demandas são emersas de bairros como Saco Grande e Tapera, localidades distantes da região que possui a intervenção do PAC. Nestas são realizados os atendimentos pela equipe social, com o intuito de reconhecimento das situações. Todavia não encontram-se respostas através da PHF, sendo sempre justificado pela PMF a ausência de recursos para a aplicação da política. Se a demanda surge em áreas não delimitadas como

áreas de interesse social nas quais está ocorrendo intervenções por parte do poder público federal, respostas concretas tornam-se quase inalcançáveis.

2.1 A INTERVEÇÃO DA PMF NA REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE PAPAQUARA

Em decorrências das fortes chuvas ocorridas nos dias 22 e 23 de janeiro de 2011, todas as casas da comunidade Papaquara, localizada no bairro Vargem Grande na cidade de Florianópolis, foram interditadas pela Defesa Civil Municipal, acarretando no alojamento das 43 famílias no Ginásio da Escola Estadual Jacó Anderle. Como é visto no Decreto Municipal N° 8719 de 24 de janeiro de 2011:

Art. 1º Fica declarado à existência de Situação Anormal, provocada por desastre e caracterizada como situação de Emergência a Comunidade do PAPAQUARA situada na Região Norte da Ilha de Florianópolis. Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para a área da Comunidade do Papaquara, comprovadamente afetadas pelo desastre (...).

Devido a esse episódio foi decidido que seriam realizadas entrevistas com as famílias pelas assistentes sociais e estagiárias do serviço social da SMHSA. Anteriormente a ida da equipe técnica da PMF, na comunidade, foi realizada reunião entre: assistentes sociais, estagiária do Serviço Social, fiscal de obra, Secretário e Secretário adjunto da SMHSA, sendo que nesta foi tratada das ações que o Prefeito do Município determinou para serem aplicadas. Assim, o Secretário expôs as seguintes determinações: (a) pagamento de indenização, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada família, (b) aluguel social no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por seis meses, e (c) a efetuação de medições pela equipe de fiscalização de obras. Essas medidas foram destinadas às 43 famílias registradas no cadastro da Associação de Moradores da comunidade.

Dessa forma, as entrevistas efetuaram-se no decorrer da tarde dos dias 25 e 26 de janeiro de 2011 em duas salas amplas da Escola Estadual Jacó Anderle. Em uma sala ficaram duas assistentes sociais e na outra, duas assistentes sociais e a estagiária do Serviço Social. As entrevistas foram conduzidas por uma assistente social ou estagiária do Serviço Social, sendo atendida uma família por vez.

As assistentes sociais e estagiária realizaram as entrevistas tendo como base o Relatório de Situação de Emergência da SMHSA, abordando: idade, naturalidade, estado civil, instrução, renda mensal, identificação pessoal (RG e CPF), telefone e composição familiar. Após o preenchimento dos dados de cada família buscou-se atender os usuários de forma tal que pudessem relatar a situação da moradia; o tempo de moradia na comunidade; a existência do desejo de voltar à cidade de origem e suas expectativas. Na entrevistas os moradores foram informados sobre os encaminhamentos para a indenização e o aluguel social. As famílias foram também instruídas que já poderiam buscar casas para alugar, visto que o benefício eventual aluguel social seria disponibilizado imediatamente pela a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Ante essa realidade, a área urbana é evidenciada como espaço da exploração da força de trabalho, refletindo a precarização do trabalho e remuneração, excluindo grande parte da população do direito social da moradia, bem como acesso aos serviços e às políticas públicas (SANTOS, 1992). A comunidade Papaquara reflete a realidade das periferias do país, onde a disputa pelo solo urbano e a baixa remuneração, faz com que as famílias se instalam em locais de alto risco.

2.2 INDENIZAÇÃO

O Decreto Municipal Nr. 8733, de 28 de janeiro de 2011, instituiu a Assistência Reconstrução para os moradores da Comunidade Papaquara, através do Fundo Municipal de Integração Social e destinando-a:

(...) a atender às unidades familiares da área da comunidade do Papaquara, situada na região ribeirinha, sobre a influência constante das inundações bruscas do Rio Papaquara atingidas pelos efeitos da enxurrada, ocorrida no dia 22 de janeiro de 2011, localidade declarada em situação de emergência, devidamente homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, cujos domicílios tenham sido destruídos ou interditados de maneira definitiva pela Defesa Civil Municipal.

A aplicação da indenização ocorreu através de uma decisão de governo e não havendo discussão com os moradores, tendo apenas a comunicação da decisão no local onde estavam alojados, na Escola Estadual Jacó Anderle, em Vargem Grande.

As indenizações foram destinadas ao resguardo das bem feitorias, ou seja, ao investido pelas famílias sobre as moradias. O poder público municipal julgou que a medida alcançaria a resolutividade da demanda habitacional das famílias da comunidade Papaquara.

Medidas como esta, efetuada pela PMF, tendem a sobrecarregar os cofres públicos e estagna a aplicação e a ampliação das políticas públicas com soluções mais definitivas e de longo prazo. Isso pode ser analisado como segue:

A transferência de grandes somas de recursos financeiros do erário público para o pagamento de indenizações pode resultar em limites ainda mais amplos às políticas públicas. Não há, somente, limites relacionados à habitação, meio ambiente e vias públicas, como inclusive, à educação e saúde, se for considerado o volume de recursos orçamentários necessários para o pagamento das ações de indenização. (MOREIRA e NETO, 2001, p.11).

Apesar disso, as famílias da comunidade Papaquara, diante da situação habitacional, demandavam uma intervenção do poder público municipal, porém a indenização destinada a elas não manifestou o exercício da cidadania daquela população, pois não houve a proeminência de um projeto habitacional, assim, intensificando a responsabilização do sujeito obscurecendo as atribuições do município, já que a PHF (2009) prevê intervenções em realidades como a da comunidade Papaquara, assim como está exposto:

Programas de Regularização e Urbanização de Assentamento Precários: Programa voltado à atuação nas áreas de ocupação já consolidadas, caracterizadas como favelas. Compreende a melhoria das condições de vida da população, através de investimentos em obras físicas, serviços, ações sociais e remoção de ações de ocupações em áreas inadequadas (PHF, 2009, p.38).

Quando trata das modalidades de atendimento, a PHF, também prevê a possibilidade de remoção de ocupações em áreas de risco ou com impedimentos ilegais, sendo o caso da Comunidade Papaquara, apontando a “remoção de ocupações em áreas de risco e/ou com impedimentos legais: transferência das famílias das áreas de ocupadas que ofereceram riscos e/ou apresentem impedimentos à ocupação do ponto de vista legal e/ou ambiental” (2009, p. 38).

Assim, a aplicação da indenização remete ao entendimento de uma ação que objetiva a responsabilização do sujeito frente aos encargos do Estado, onde de maneira privada, não lembrando a defasagem no acesso a bens e serviços públicos pela população, dêem conta de prover sobre necessidades geradas pela desigualdade social e na impossibilidade de pleno acesso aos direitos.

Outro ponto a ser levantado é a reprodução da situação de ilegalidade no acesso a moradia que a indenização alimenta. Este aspecto também é destacado na matéria “Papaquara sem Solução” (Anexo 01) publicada no jornal Notícia do Dia em 21 de setembro de 2011, onde é evidenciado que famílias indenizadas compraram imóveis em área próxima a antiga comunidade, em situação irregular, como mostrado a seguir:

[...] as famílias deixaram suas moradias depois da enchente, no dia 22 de janeiro desde ano, que devastou o lugar. Pela saída da região, a prefeitura lhes indenizou com R\$ 10 mil, mais seis parcelas de R\$ 400 referentes ao aluguel social. Apesar das famílias garantirem que foram autorizadas a comprar terrenos em qualquer lugar, até mesmo nas proximidades do loteamento, a Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental de Florianópolis ressalta que os terrenos do Papaquara são inválidos e pertencem à união. Como os moradores da região são recicladores, boa parte decidiu permanecer no loteamento, mesmo sabendo que a área é ilegal. (SCHIELSTL, p. 03, 2011).

Dessa forma, a realidade exposta pela matéria jornalística deflagra a continuidade da situação de vulnerabilidade das famílias da comunidade Papaquara, pois, apesar da ação municipal, não houve a confirmação do acesso à moradia. A área onde parte das famílias reside atualmente pertencente à União podendo elas, a qualquer momento, serem retiradas do local. Ressalta-se a atuação do poder público diante do investimento realizado como deficiente, tomando que a indenização gerou custos aos cofres municipais e não alcançou a solução habitacional das famílias.

2.3 POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL: interfaces com a questão habitacional

A Política de Assistência Social é assegurada no Brasil por meio da Constituição Federal, posta no tripé da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência) através do artigo 194, assim expresso:

A seguridade compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, e à assistência social. (Constituição da República Federativa do Brasil, 2006, p.54)

A previdência é um direito garantido através da contribuição do cidadão inscrito na Previdência Social, havendo diversas formas de acessá-lo: como trabalhador de carteira assinada, empregado doméstico, trabalhador avulso (estivador, carregador, vigia), contribuinte individual (empresário, autônomos), seguradores especiais (trabalhadores rurais, pescadores artesanais) e segurado facultativo (estudantes, donas de casa). A saúde é direito universal e dever do Estado segundo a Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 que no Art. 2º discorre: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Já a assistência social, segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é demarcada como:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (Lei Nº 8742, 07 de setembro de 1993).

Diante desta definição surge a dúvida sobre o que seriam o máximo e o mínimo no âmbito social? Para responder esta questão recorreremos a Yazbek (1996). Esta expõe que o mínimo se encontra em posição subjetiva sendo implementado pela arbitrariedade dos critérios, esses que não priorizam o acesso aos direitos sociais, já que, existem para resolver problemas de recursos orçamentário: a política inconsistente, caótica e desastrosa, possuindo como lógica a tecnocracia e a seletividade. Logo, de acordo com a autora, o mínimo é conflitante com a lógica de efetivação dos direitos, negando o protagonismo do usuário.

Esta autora diferencia o mínimo do básico. O básico não foi discutido, pois abrange a área do objetivo, o que é fundamental e necessário. No básico estão inseridas as necessidades humanas, sociais, históricas, ou seja, as necessidades coletivas. Assim, diante do mínimo é exigido o máximo dos indivíduos em sua conduta, seu trabalho e eficiência. Porém, é irreal exigir o máximo daquele que não tem nada. Isto porque a satisfação otimizada só será alcançada diante da eficiência da política social e da equidade, a qual proporciona condições sociais básicas não significando a esfera do mínimo.

A assistência social apresenta diversos benefícios que visam garantir esses mínimos para suprir as concretas necessidades básicas daqueles que dela precisarem: o Benefício de

Prestação Continuada⁷ e os Benefícios Eventuais. Os benefícios eventuais, segundo site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), são:

No âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), os benefícios eventuais se configuram como direitos sociais instituídos legalmente. Têm caráter complementar e provisório e são prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2005).

Os benefícios eventuais podem ser elencados dessa forma:

- **Auxílio por natalidade:** caso ocorra o nascimento de um membro na família, o Benefício Eventual tem por finalidade atender as necessidades do bebê; apoiar a mãe nos casos em que o bebê nasce morto ou falece logo após o nascimento, além de fornecer apoio à família em caso do óbito da mãe.
- **Auxílio por morte:** voltado para suprir a família em ocasiões relacionadas ao falecimento de algum de seus membros. O município de residência do beneficiário pode definir diferentes aspectos a serem garantidos, devendo atender prioritariamente as despesas de urna funerária, velório e sepultamento; além de suprir as necessidades urgentes da família no enfrentamento de riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.
- **Atendimento a situações de vulnerabilidade temporária:** Envolve acontecimentos do cotidiano dos cidadãos e pode se apresentar de diferentes formas e produzir diversas adversidades. Caracterizam-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar e podem decorrer de:
 - Falta de acesso a condições e meios para suprir as necessidades diárias do solicitante e de sua família, principalmente questões de alimentação;
 - Ausência de documentação;
 - Ausência de domicílio;
 - Situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo a seus filhos e/ou dependentes;
 - Perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares;
 - Presença de violência física ou psicológica na família ou por situações de ameaça à vida;
 - Situações de desastre e calamidade pública;
 - Demais situações identificadas que comprometam a sobrevivência do cidadão e sua família.
- **Atendimento a situações de calamidade pública:** É o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios e/ou epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes. (Modalidades, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1993).

Frente a isso temos o aluguel social configurando-se em benefício eventual diante de situação de calamidade pública. E este foi disponibilizado aos moradores da comunidade Papaquara após enchente, devido a impossibilidade de permanência das famílias no local, justificando a aplicação deste benefício eventual.

⁷ Art. 20 da LOAS: o benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. (art. 20, lei 8742/1993).

2.3.1 Aluguel Social

No município de Florianópolis a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) é responsável pela concessão do benefício eventual denominado Aluguel Social, sendo os recursos para tal provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social. O aluguel social é concedido seguindo as seguintes pontuações:

Art. 2º - O auxílio aluguel será concedido às famílias que perderam seus imóveis e bens, mediante os seguintes documentos: Laudo de Interdição da Defesa Civil; Relatório Social acerca da situação da família emitido por Assistente Social da SEMAS; Laudo emitido pela Equipe técnica da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental – SMHSA. (Resolução N° 224, 2010).

A intervenção da PMF, por meio da SEMAS, na concessão do Aluguel Social foi atípica, haja vista o período de recebimento e valor coberto. O valor habitual do benefício contempla o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) e no caso das famílias da Comunidade Papaquara foi estipulado o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). E em relação ao período de recebimento do auxílio pelas famílias vislumbrou-se 06 (seis) meses corridos e sem a possibilidade de prorrogação, no entanto, segundo a Resolução N°224 no Artigo 1º, parágrafo 2º, observa-se:

§2º - O auxílio aluguel será provisionado pelo período de três meses, podendo ser prorrogado enquanto permanecer a situação de risco, perda e dano à integridade pessoal e familiar, mediante emissão de Parecer Técnico da Diretoria de Proteção Social Especial. (Resolução N° 224, 2010).

Contudo, através das entrevistas realizadas com as famílias, quando ainda alojadas no Ginásio da Escola Estadual Jacó Anderle, foi identificado que o número de famílias superou a informada pela associação de moradores, devido à existência de famílias que moravam em aluguel ou co-habitação. Assim foram adicionadas mais onze famílias ao benefício aluguel social, como consta no Relatório:

Durante a intervenção observou-se que o número de famílias atendidas ultrapassou o informado pela associação de moradores. Além das 43 de famílias indenizadas, outras onze foram identificadas em situação de co-habitação ou residindo em casa

alugada/cedida, e foram encaminhadas ao aluguel social. (Relatório de intervenção – Comunidade Papaquara, 2011, p. 04)

O aluguel social como um benefício eventual não apresenta ação para resolutividade no acesso a moradia. Quando utilizado como ação do poder municipal na comunidade Papaquara é identificada a intenção de atuar frente à emergência da falta de abrigo das famílias e como fim da intervenção do município. Tanto a indenização com o aluguel social se configuram como não efetuação de uma de política pública habitacional de forma permanente, adiando a solução habitacional daquelas famílias. A realidade da comunidade Papaquara será melhor detalhada a seguir.

2.4 COMUNIDADE PAPAQUARA

A comunidade Papaquara estava localizada na região insular de Florianópolis, localiza no bairro Vargem Grande, às margens do Rio Papaquara, sendo uma APP (Área de Preservação Permanente),⁸ e seu acesso pela Servidão Braulina Machado. Esta comunidade não apresentava condições mínimas para a habitabilidade, haja vista os frequentes alagamentos a que estavam sujeitos e, ainda, sendo nítida a falta de saneamento básico. Na figura 1 a seguir é possível observar a delimitação da comunidade através do traço amarelo:

Figura 1: Localização da comunidade Papaquara



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2011)

⁸ Segundo a medida provisória nº 2.166 – 67 de 2002, área de preservação compreende: área, protegida nos termos dos Arts. 2º e 3º da Lei 4771/65 (Código Florestal), coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

2.4.1 Breve histórico

Segundo o Relatório de Intervenção – Comunidade Papaquara (2011), realizado pelo SMHSA da PMF, a comunidade teve seu processo de ocupação em 2002 com a vinda de famílias do Paraná e Rio Grande do Sul. Neste Relatório consta também que nos anos de 2003 e 2004 o poder público determinou o despejo de cerca de 20 famílias do local. No entanto, de forma gradativa essas famílias retornaram ao local da seguinte forma:

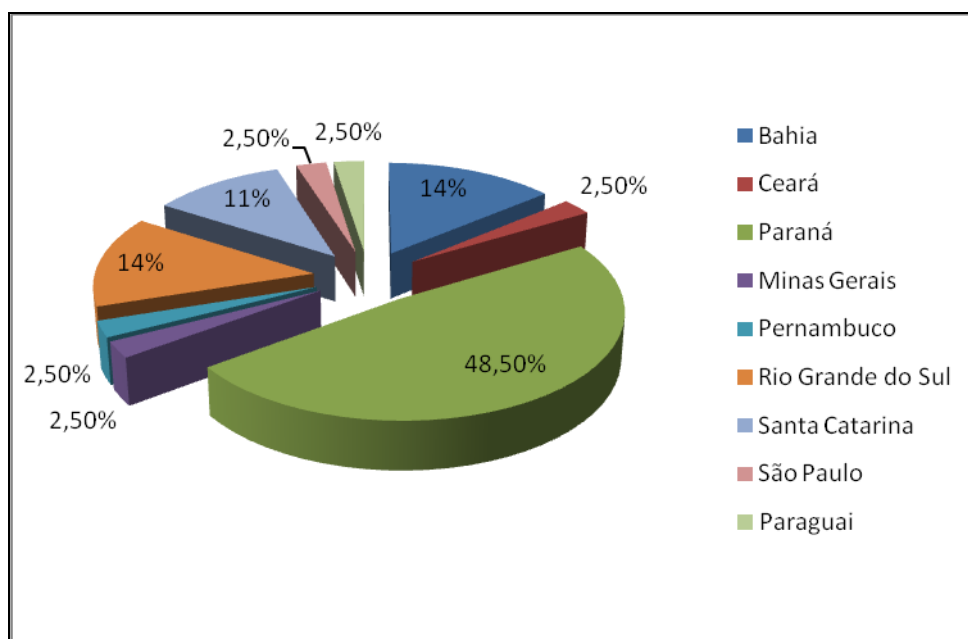
O assentamento seguiu a mesma configuração das demais áreas do município, ocupadas por população de baixa renda e caracterizadas como subnormais, irregular e clandestinas, sem atender aos parâmetros urbanísticos mínimos, com habitações precárias e em situação de risco, sem qualquer infra-estrutura urbana e social, mesmo porque não é viável a regularização da comunidade referida. (2011, p. 03)

A comunidade Papaquara como favela representava “uma solução de sobrevivência por representar uma diminuição nos gastos de moradia” (KOWARICK, 1979, p.88) daqueles que ali moravam. Para as famílias, ao ingressarem em Florianópolis, a comunidade apresentava a oportunidade de “adquirir uma casa” livre de aluguel, proporcionando a redução de diversos custos, pois no local não havia a necessidade do pagamento por serviços de água, esgoto e energia elétrica. E, ainda, estavam próximos ao local de trabalho, já que grande parte dos moradores trabalhavam com coleta e venda de materiais recicláveis na região norte de Florianópolis.

2.4.2 Caracterização da comunidade

Apresentar-se-á o perfil da comunidade Papaquara a partir dos Relatórios de Situação de Emergência das 43 famílias, em janeiro de 2011, onde todas receberam a indenização e aluguel social pela PMF. A sistematização dos dados abrangerá as categorias: naturalidade, estado civil, escolaridade, profissão, renda, números de membros por família e tempo de moradia na comunidade.

Gráfico 2: Naturalidade dos responsáveis pelo domicílio

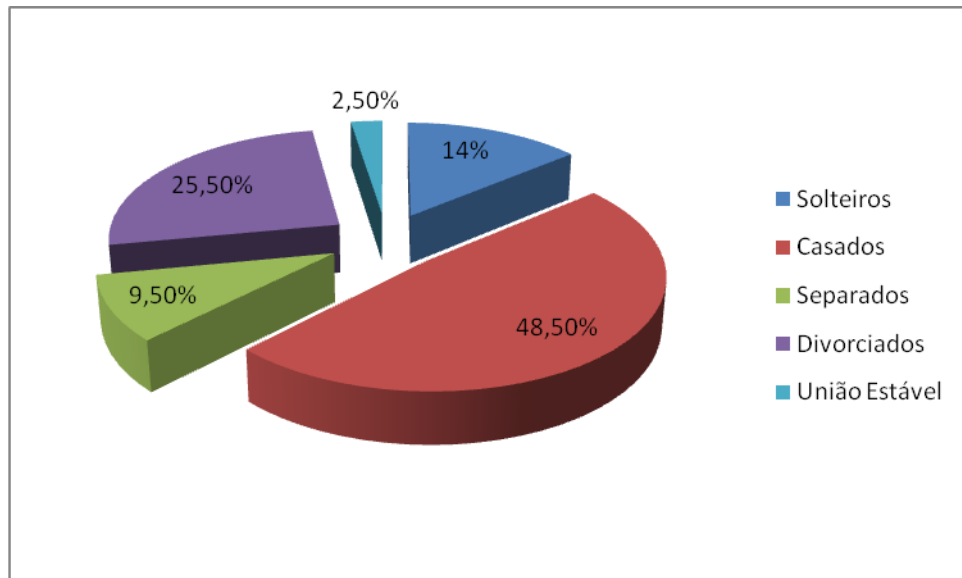


Fonte: Elaboração própria.

O gráfico apresenta a naturalidade dos responsáveis pelos domicílios demonstrando que a comunidade apresentava considerável diversidade de origens migracionais. Ainda, fica claro o predomínio de moradores vindos do Estado do Paraná, apresentando o percentual de 48,5%; seguido pela Bahia e Rio Grande do Sul com 14% cada um; 11% por migrantes de Santa Catarina e apresentando também representantes dos estados: Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, onde cada um possui 2,5% na representatividade. Identificou-se também um caso migração externa representando outros, 2,5%.

Em relação ao estado civil dos responsáveis pelos domicílios, a realidade constatada está sistematizada no gráfico 03, a seguir.

Gráfico 3: Estado Civil dos responsáveis pelos domicílios

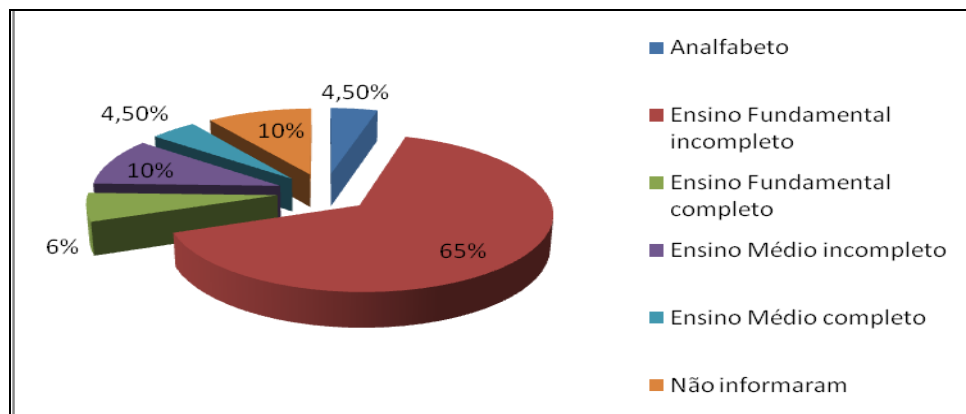


Fonte: Elaboração própria

Neste aspecto verifica-se que os responsáveis por domicílios declararam-se como: casados em 48,5%; divorciados em 25,5%; solteiros em 14%; separados em 9,5% e união estável em 2,5%. Esta categoria apresenta que mais da metade dos responsáveis pelas famílias apresentam relação conjugal. É considerável o número de divorciados conjuntamente analisado com os separados, pois apresentam um total de 35%.

No que se refere à escolaridade, temos o seguinte gráfico:

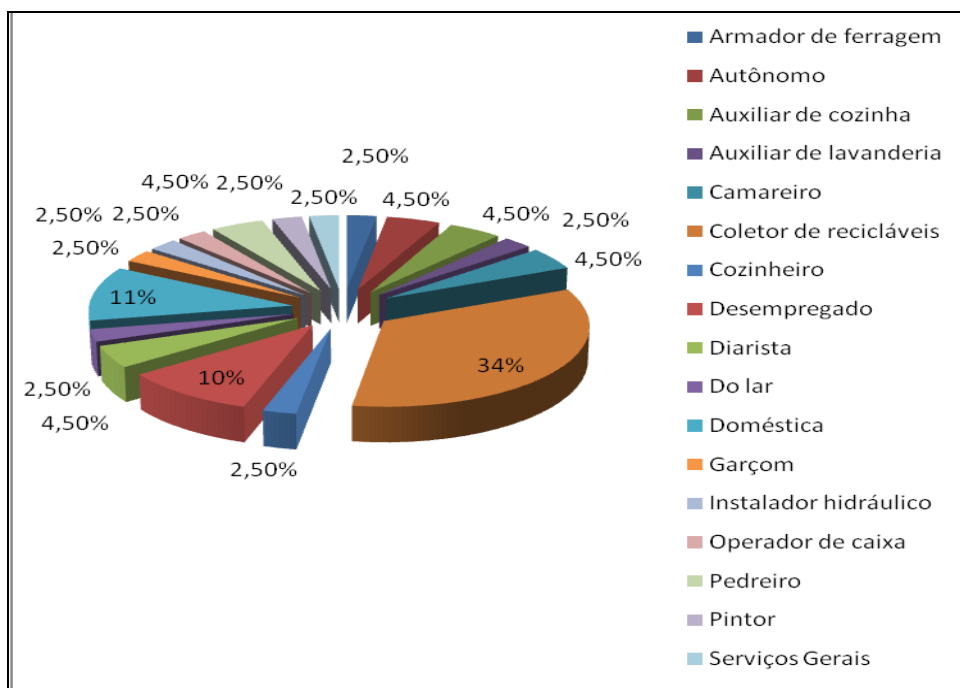
Gráfico 4: Escolaridade dos responsáveis pelos domicílios



Fonte: Elaboração Própria

O grau de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios apresenta uma realidade de precariedade no acesso à educação demonstrando que 65% deles possuem o ensino fundamental incompleto; seguido de 10% que não concluíram o ensino médio; 6% possuem o ensino fundamental completo; os que possuem ensino fundamental completo e aqueles que são analfabetos contemplam 4,5% cada e 10% não informaram. Diante da situação da escolaridade destaca-se que 65%, ou seja, 28 dos responsáveis por domicílio não completaram o ensino fundamental e apenas 10% concluíram o ensino médio. Esta realidade tem implicação e relação com a situação de trabalho dos responsáveis pelos domicílios, dado apresentado a seguir:

Gráfico 5: Profissão dos responsáveis pelos domicílios

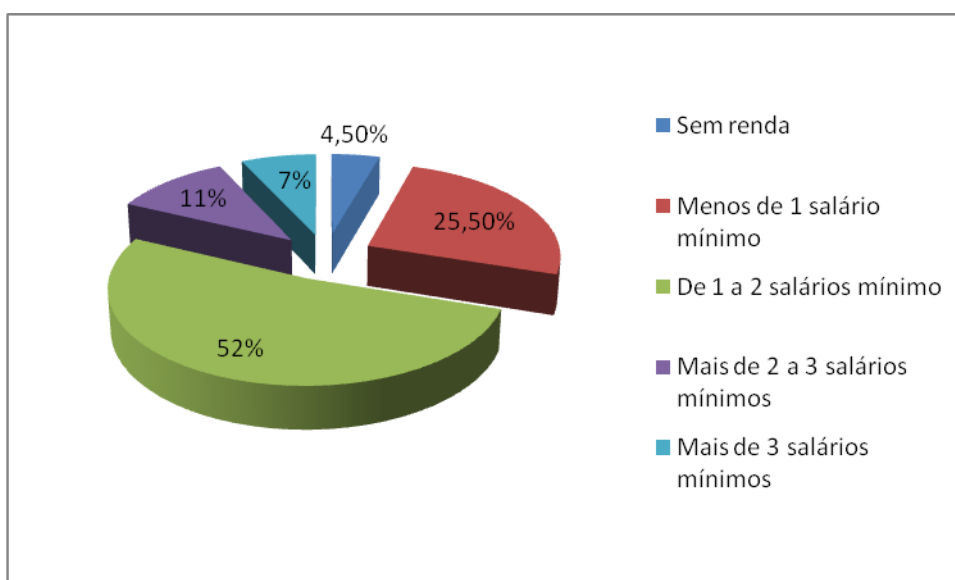


Fonte: Elaboração própria

A profissão denominada de coletor de recicláveis apresenta maior incidência entre os responsáveis de cada domicílio, representando 34% do total; seguido pelas domésticas, com 11%; e citando que 10% estavam desempregados. Constata-se que são ocupações caracterizadas por precariedade e insegurança.

No que se refere à renda familiar mensal, a realidade se apresenta como segue:

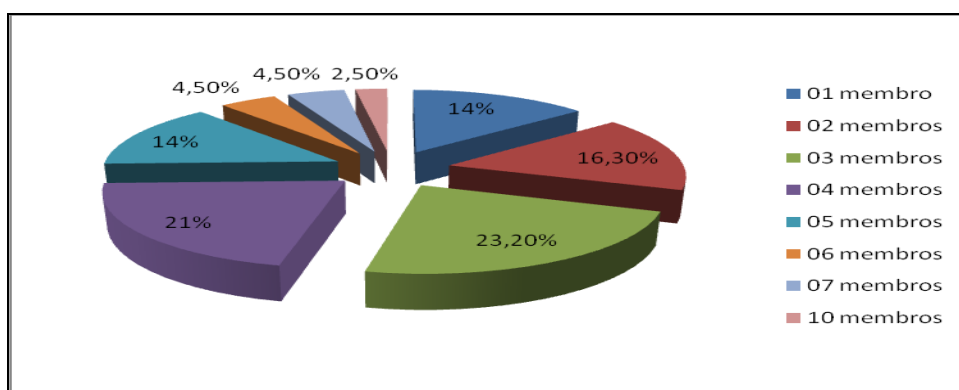
Gráfico 6: Renda familiar mensal



Fonte: Elaboração própria

A renda mensal predominante incide de 01 (um) salário mínimo a 02 (dois) salários mínimos, com 52% das famílias; 25,5% das famílias possuem renda mensal de menos de 01 (um) salário mínimo; na faixa mais de 02 (dois) a 03 (três) salários mínimos há 11% das famílias; identificou-se que 7% possuem renda mensal de mais de 03 (três) salários mínimos; e ainda que 4,5% não possuem renda. Estes dados evidenciam que 80% das famílias recebem até dois mil reais, o que é uma renda baixa para a manutenção de condições mínimas e necessárias para a sobrevivência, também evidenciando que estas famílias seriam prioridades no acesso à moradia por programa de habitação do município. Já a composição das famílias se manifesta como segue:

Gráfico 7: Composição familiar

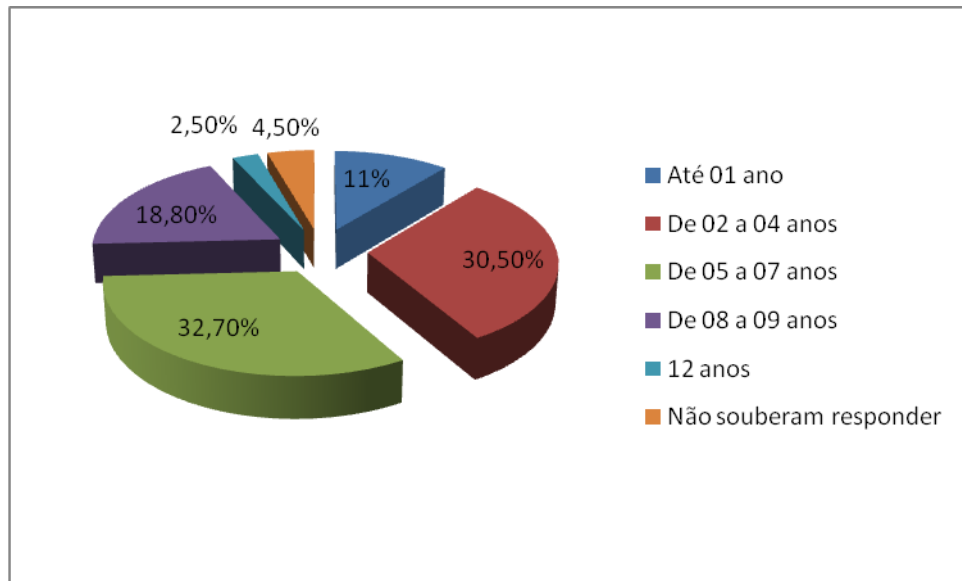


Fonte: Elaboração própria

Em números de membros por família verifica-se que 74,5% das famílias possuem de 02 até 05 membros, representando o total de 32 famílias.

Na temática tempo de moradia na comunidade a realidade se apresenta da seguinte forma:

Gráfico 8: Tempo de moradia das famílias na comunidade



Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao tempo de moradia das famílias na comunidade Papaquara constatou-se que 41,5 % das famílias estavam domiciliando no local pelo período de menos e um ano a 04 anos no local, ou seja, 18 famílias, sendo este grupo o universo da pesquisa proposta neste trabalho.

Com essa caracterização ressalta-se a realidade colocada pelas profissões e a qualificação necessária para o seu exercício, tendo a seletividade na inserção no mercado de trabalho acoplada à defasagem na escolaridade dos responsáveis pelos domicílios, levando ao desempenho de atividade laborativas precarizadas. Em consequência, mostra-se a baixa renda familiar reforçando a situação de vulnerabilidade dessas famílias. Ainda, os dados expressam que 11% dos responsáveis pelos domicílios são do Estado de Santa Catarina, caracterizando considerável movimento de migração interestadual, dando destaque aos estados: Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia. Assim, deflagrando a ocorrência de fluxos migracionais, sendo este o próximo item, que apresentará a pesquisa realizada.

2.5 TRAJETÓRIAS DE MIGRAÇÃO E MORADIA

A trajetória de migração e moradia das famílias da comunidade Papaquara foi analisada a partir da realização de investigação concretizada em fontes teóricas, documentais e entrevistas junto a famílias da localidade.

Lisboa e Gonçalves (2007) nos trazem a importância dos estudos das trajetórias migracionais, cada vez mais crescente nas ciências sociais, tendo em vista a busca pela compreensão das propriedades subjetivas que os sujeitos estabelecem em suas relações sociais. Estas autoras, ainda, confirmam a relevância destes estudos em meio à população migrante nas áreas urbanas diante das tomadas de decisões e seu papel no contexto da cidade, quando expressam:

Nas áreas urbanas, por exemplo, as trajetórias das famílias de migrantes podem ser tomadas como trilhas de vida no tempo e no espaço, começando com rotinas cotidianas estendendo-se a movimentos migratórios. Da mesma forma, as trajetórias socioocupacionais irão mostrar as rupturas e discontinuidades na carreira profissionais de homens e mulheres decorrentes da perda de emprego, de contraírem doenças, e das dificuldades de ascensão na escala de mobilidade social; ao mesmo tempo apontam a multiplicidade de funções assumidas por esses sujeitos múltiplos, que exercem sucessivamente diferentes tipos de ocupação no espaço social. (2007, p.85)

Assim, as autoras ao parafrasearem Faleiros quando se refere à grande valor do entendimento da realidade frente à intervenção do assistente social destacam:

Não é possível viver sem referência às instituições sociais, elas fazem parte das trajetórias e estratégias dos sujeitos e por sua vez definem trajetórias, itinerários e estratégias, já que pressupõem relações de poder e saber que interferem na vida e no cotidiano dos indivíduos. O Serviço Social se inscreve num contexto institucional permeado de conflitos e lutas de jogos de poder e recursos. (2007, p. 88)

As trajetórias migracionais mostram-se permeadas de experiências dos sujeitos em suas relações sociais no âmbito do mundo do trabalho, relações familiares e étnicas. Do mesmo modo, essas trajetórias estão relacionadas paralelamente e intrinsecamente com a exclusão social e as identidades perdidas: terra, habitação, cultura, laços familiares, sonhos e etc.

Assim, em seguida será exposto primeiramente o processo de obtenção de dados nas entrevistas, seguido da apreciação do contexto de vida dos moradores e da apresentação da realidade vivida pelas famílias entrevistadas da comunidade Papaquara.

2.5.1 Procedimentos de investigação

A pesquisa empírica realizada junto aos moradores possuiu caráter qualitativo no intuito de “analisar e interpretar” (LAKATOS e MARCONI, 2007, p. 269) o processo de migração dos moradores da comunidade Papaquara e situação atual, após a intervenção municipal. A investigação foi efetivada através de entrevistas semi-estruturadas, o que proporcionou maior diálogo e reflexões entre pesquisadora e entrevistados, ou seja, as entrevistas foram baseadas em elaboração prévia de questionamentos direcionados as famílias, possibilitando interagir com entrevistado de forma levantar outras questões, proporcionados pelo diálogo estabelecido entre entrevistador e entrevistado. Na entrevista “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É a forma de poder explorar mais amplamente a questão.” (LAKATOS e MARCONI, 2007, p. 279).

Para reconhecer o processo migratório da população que morava naquela localidade da Vargem Grande foram recortadas do universo das 43 famílias que receberam a indenização e o aluguel social por seis meses, aquelas que estavam residindo na comunidade no período de menos de um ano a 04 anos. Para a sistematização dos dados das famílias do universo desejado e localização para entrevistas partiu-se de pesquisa documental dos Relatórios Situacionais elaborados pela equipe técnica social da SMHSA da PMF. Dessa forma, foram identificadas 18 famílias para a realização desta pesquisa, representando 41,5% das famílias, como está exposto no seguinte tabela 02:

Tabela 2: Corte das famílias para entrevistas

Ord.	Anos de Moradia	Quantidade	%
01	Até 01 ano	05	11
02	De 02 a 04 anos	13	30,5
03	De 05 a 07 anos	14	32,7
04	De 08 a 09 ano	08	18,8
05	12 anos	02	2,5
06	Não souberam responder	02	4,5

Fonte: Elaboração própria

As entrevistas ocorreram com prévio agendamento e foi realizada confirmação no dia anterior a sua efetivação (apêndice 01). Foram percorridos os bairros Vargem Pequena, nas proximidades de onde estava localizada a comunidade Papaquara, e nos Bairros Pontas das Canas e Cachoeira do Bom Jesus (Vila União). Procurou-se realizar as entrevistas nos dias e horários em que os participantes estavam disponíveis. Somente uma entrevista ocorreu fora da residência do entrevistado, sendo realizada no intervalo do trabalho deste, no bairro Saco Grande.

Apresentou-se para cada entrevistado uma declaração de consentimento livre e esclarecido (apêndice 02), onde a pesquisadora explicava para o entrevistado o objetivo da entrevista, sendo estes: (a) a importância do conhecimento da realidade para o Serviço Social, bem como (b) a realização de reflexões para a intervenção nas suas áreas de atuação, e ainda, (c) o compromisso na contribuição da defesa do direito dos cidadãos à moradia. Houve a preocupação em clarificar ao entrevistado o caráter voluntário da pesquisa e o compromisso com o sigilo da identificação dos participantes.

O processo de pesquisa deflagrou a impossibilidade da realização de determinadas entrevistas, inicialmente foi verificado que três famílias voltaram à cidade de origem. E esta informação foi obtida através da líder comunitária que acompanhou as primeiras entrevistas no reconhecimento da comunidade pela pesquisadora. Essas três famílias retornaram aos municípios de: Ilhéus – BA; Guaraniaçu – PR e Foz do Iguaçu – PR.

Houve situações em que não foi possível a localização de algumas famílias a partir dos contatos telefônicos que estavam nos Relatórios Situacionais. Portanto, buscou-se no decorrer das entrevistas identificar a localização destes sujeitos, quando a pesquisadora entendeu que os entrevistados poderiam ter essas informações, já que por um período essas famílias mantinham vínculo de vizinhança. Porém, não se alcançou a realização de mais quatro entrevistas devido a não localização dos sujeitos. Nenhuma família entrevistada tinha conhecimento do paradeiro desses.

E ainda, mais um entrave que não proporcionou a realização de outras três entrevistas foi a recusa dos sujeitos na participação da pesquisa, onde em duas situações os sujeitos confirmaram a entrevista, todavia não compareceram ao local firmado com a pesquisadora e, na terceira situação, o sujeito não atendeu a ligação telefônica realizada com o intuito de confirmar a entrevista para o dia seguinte.

Em seguida a realização das entrevistas foi efetuada a categorização da coleta dos dados para concretizar uma análise da trajetória migratória e habitacional das famílias, como

também da situação atual das famílias após a indenização e aluguel social destinados a elas pela PMF, sendo esta análise apresentada a seguir.

No que se refere ao perfil dos entrevistados, isto é, os dados em relação à escolaridade, renda familiar, quantidade de membros na família, a origem estadual e a realidade profissional, foi construída a tabela 03 abaixo:

Tabela 3: Perfil do/a entrevistado/a

	Idade	Grau de Instrução	Renda Familiar	Composição familiar	Origem U.F.	Situação de trabalho
E ⁹ .01	31	6ª Ensino Fundamental	R\$ 600,00	05 pessoas	PR	Do lar
E. 02	17	6ª Ensino Fundamental	R\$ 200,00	04 pessoas	PR	Recicladora
E. 03	20	1º Ensino Médio	R\$ 500,00	03 pessoas	SC	Do Lar
E. 04	64	2º técnico	R\$ 800,00	03 pessoas	BA	Construção Civil
E. 05	23	1º Ensino Médio	R\$ 1.200,00	03 pessoas	RS	Serviços Gerais
E. 06	37	1º Ensino Médio	R\$ 1.450,00	07 pessoas	BA	Cozinheira
E. 07	25	5ª Ensino Fundamental	R\$ 600,00	04 pessoas	BA	Desempregada
E. 08	25	2º Ensino Médio	R\$ 1.500,00	03 pessoas	CE	Doméstica

Fonte: Elaboração própria

A tabela acima evidencia que nenhum dos entrevistados concluiu o ensino médio, o que certamente influenciou em sua colocação no mercado de trabalho em relação à função exercida e o salário decorrente. A renda familiar pode ser considerada bastante precária, pois em nenhuma família ultrapassam os 03 (três) salários mínimos. Em relação à origem, apenas um é catarinense e todos são migrantes de outros estados.

A seguir serão apresentados os dados qualitativos proporcionados pela entrevistas junto a 08 (oito) famílias abordadas na pesquisa.

2.5.2 A realidade vivida pelos moradores

Neste momento serão expostos os resultados das entrevistas com o intuito de conhecer a realidade vivida pelos moradores no local de origem, na comunidade Papaquara e após 06 (seis) meses do recebimento a indenização e aluguel social pela PMF. O roteiro de entrevista

⁹ Doravante os entrevistados serão assim identificados e apenas diferenciados pelo número de ordem. Estabelece-se esse tratamento tendo em vista o que foi firmado junto aos entrevistados através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido quanto ao manter sigilo de identificação do/as participantes.

(apêndice 03) estava composto por perguntas que visavam identificar a trajetória de migração e moradia das famílias e em um segundo momento procurou-se observar a situação atual das famílias.

Primeiramente, foi possível observar que, quando questionados sobre com quem moravam na cidade de origem, os entrevistados relataram que residiam junto com familiares, como por exemplo: pais, maridos e avós. Podendo ver nos depoimentos a seguir: “Eu morava com meu marido” (E. 01); “morava com a minha avó” (E. 02); “morava com a minha mãe” (E. 05).

Diante do questionamento sobre como era a moradia na cidade de origem, algumas famílias não alcançaram o entendimento previsto, esperava-se reconhecer a parte estrutural e o que foi exposto mostrou algumas divergências nas respostas em relação à expectativa da pesquisadora, como apresentado:

Já tinha a casa da gente. Vendemos e viemos para cá. (E. 01);

A casa lá é da minha mãe mesmo, própria. (E. 03);

Era nossa. (E. 05);

Lá era nosso. (E. 07); e

A casa era da minha mãe, lá em São Paulo também. (E. 08).

Ante a mesma pergunta, alguns entrevistados expuseram como se dava à dinâmica da moradia na cidade de origem, assim demonstrado: “Eu tive várias casas de tijolo, tinha casa boa, nunca paguei aluguel”. (E. 04) e “Boa, era nossa”. (E. 06).

Inicialmente é possível evidenciar que os entrevistados já estavam diante de uma realidade de insegurança no que envolve a moradia, isso quando observado que aqueles que não eram casados moravam em casas de terceiros, como: pai, mãe ou avó. Outro ponto notável está na pouca objetivação na resposta sobre como se dava a moradia na cidade de origem. Os entrevistados demonstraram associar a questão com a posse e propriedade, ou seja, na segurança de ser “dono”, proprietário, não informando a forma, os meios, a qualidade da residência. Assim as narrativas deflagram que as casas em que moravam na cidade de origem apresentavam certo grau de segurança por existirem e não haver a necessidade do pagamento de aluguel, no entanto, sem o questionamento e nem a menção sobre a qualidade na moradia.

Na temática referente à ocupação profissional, ainda na cidade de origem, os resultados evidenciaram que: grande parte dos entrevistados somente estudava; ou estavam inseridos em mercado de trabalho informal; ou eram donas de casa, podendo ser conferido nesses depoimentos: “Em Foz eu só estudava” (E.02); “Só estudava.” (E.05) “Em Juazeiro e São Paulo eu só estudava” (E. 08). Em relação ao trabalho informal foi relatado: “Faxina essas coisas assim, por isso que vim pra cá” (E. 07); e “Ele [marido da entrevistada] já era frentista. E eu sempre do lar.” (E. 01).

Ao serem indagados sobre o motivo de terem migrado do local de origem em direção a Florianópolis foi justificado, em 100% das entrevistas, que foi devido a informação dada por familiares e amigos, sendo estes já moradores na cidade, da existência de oportunidades de trabalho e a possibilidade de melhoria de vida. Decidiram, então, pela locomoção das famílias, assim como mostra-se abaixo:

Foi porque a minha família já tinha vindo pra cá. Já estavam aqui, só tinha eu e minha irmã lá só. (E. 01)

Lá não era tão bom como é aqui. Aí eles [familiares] vieram pra cá e acharam bom, aí minha vó também veio. Aqui minha vó ganha bem melhor do que ganhava lá. (E. 02)

Até onde eu soube e de trabalho, aqui tem mais condições. A família dele [marido] tudo trabalha com reciclagem, ele também trabalhava. Só que ele pegou e saiu, porque no inverno é mais ruim, porque todo mundo quer fazer a mesma coisa. Dai ele e os irmãos dele que trabalhavam aqui acabaram todo mundo trabalhando em obra: servente, pedreiro. (E. 03)

Eu gostei daqui porque tem muito serviço, e eu gosto de trabalhar que nunca fico sem dinheiro, pra sustentar minha família. (E. 04)

Foi uma irmã minha que veio daí conheceu, daí tinha bastante emprego, e foi vindo devagarzinho um por um assim. (E. 05)

E o que mais me impulsionou, pra mim no caso não sei ela, foi que aqui tem mais facilidade de trabalho, entendeu, na Bahia se existe trabalho? Tem, só que você ganha a baixo do salário mínimo ou um salário e meio mais que isso ninguém mais ganha. Aqui no sul a gente ganha mais um pouco. (E. 06)

Trabalho, trabalho, aqui tem mais facilidade. (E. 07)

O trabalho mesmo. (E. 08)

Os extratos anteriores colocam o trabalho como base das motivações para a migração das famílias ao indicarem que, na cidade de origem, o salário para manutenção das necessidades básicas da família mostrava-se insuficiente. O trabalho é valorado como a forma de melhoria da qualidade de vida não havendo a identificação, pelos entrevistados, da

exploração e condições inadequadas de trabalho. Essa questão pode ser conferida a partir de Yazbek que realizou uma pesquisa onde demonstra o valor do trabalho para a população pobre:

O salário é fetichizado, transformado em caminho para melhorar a vida e ter alguns bens e tranquilidade. A busca por segurança na reprodução do trabalhador e sua família tem nos ganhos obtidos com o trabalho um de seus fundamentos. E todos sabem que sem o trabalho a vida é impossível. (1996, p. 99).

Fica claro que o processo migracional em direção a Florianópolis não apresentou projeções e planos, mas ocorreu através do convite de amigos ou familiares que indicaram as facilidades de emprego e a esperança de que na capital de Santa Catarina a vida seria melhor. Os entrevistados confirmam a percepção das melhores condições que esperavam, notado assim, “nas comparações entre as experiências de antes e a vida de agora” (YASBEK, 1996 p.106). Porém, não é percebido por parte dos entrevistados que, apesar de não faltar trabalho em Florianópolis, as vulnerabilidades estão presentes no dia-a-dia, como por exemplo: trabalhos precarizados, baixos salários, acesso a moradia através de aluguel. E, por isso, as trajetórias migracionais continuam ocorrendo, explicado por Brito ao expor:

Não é supreendente que, mesmo sob todos os riscos, muitos continuem migrando [...]. É a força da inércia das trajetórias migratórias, construídas durante mais de meio século, como o único caminho para a sobrevivência social. Elas podem acontecer mesmo que as condições objetivas se tornem desfavoráveis. (2007, p.19).

Outro item do roteiro da entrevista buscou levantar se as famílias migraram diretamente para a Comunidade Papaquara. Foi visto que apenas um entrevistado não dirigiu-se para Florianópolis em um primeiro momento, saindo da cidade de origem para São Paulo-SP e posteriormente morou no bairro Ingleses na Capital, onde dali seguiu para a Comunidade Papaquara. Outro entrevistado residiu próximo a Comunidade Papaquara, passando pelo bairro Jurerê, e na oportunidade de não pagar mais aluguel mudou-se para a comunidade ribeirinha. Semelhante a este último entrevistado, houve também uma família que não foi residir diretamente na comunidade Papaquara, esta primeiramente residiu no bairro Pontas das Canas. Destacam-se os seguintes exemplos:

Direto pra cá [Papaquara]. (E. 01)

Vimos direto pra cá [Papaquara]. (E. 02)

Eu morei aqui mesmo [na quitinete em que está hoje, próximo a Papaquara], depois para Jurerê Tradicional, só saí de lá quando comprei esse barraquinho

[Papaquara]. E fiquei mandando dinheiro pra mulher para ela vir embora e nada da mulher vir, passou mais de um ano. Na primeira enchente fiquei sozinho lá, peguei todas as quatro enchentes, cheguei em março de 2008. (E. 04)

Morava de aluguel em Pontas das Canas, daí eu comprei lá fiquei um ano e pouco daí fui indenizada (E. 05)

Minha mãe [...] foi para São Paulo para trabalhar e mandava dinheiro pra passagem, trazia um filho de cada vez. Eu fui ficando lá (Juazeiro do Norte) com minha tia. Aí fui pra São Paulo e conheci meu marido a gente fugiu pra cá para casar e trabalhar. (E. 08)

Em relação a já existir algum amigo ou parente na comunidade antes da chegada dos entrevistados, mostrou-se que 100% das famílias possuíam algum parente ou amigo residindo no local, demonstrado a seguir:

Meus pais já moram aqui a 6 anos. (E. 01)

Foi um colega mesmo que me avisou. Aí achei esse barraco por dois mil, como ele viu que eu queria mesmo ele aumentou para dois mil e quinhentos no dia de pagar ele disse que apareceu um aí que dava três mil aí eu disse eu dou os três, melhor do que ta pagando quatrocentos de aluguel. (E. 04)

Uma cunhada, uma cunhada minha disse vem pra cá, mora aqui, porque é melhor não paga aluguel. (E. 06)

Tinha um conhecido que falou da comunidade, Aí compramos a casa por três mil e meio. Demos um aparelho de som e parcelo o resto. (E. 08)

Diante da questão sobre a existência de rede de apoio à família em Florianópolis-SC foi identificada no relato de 07 (sete) entrevistados a informação de não ter existido qualquer instituição, órgão público ou associações que tenha se configurado como referencia de apoio. No entanto, os entrevistados narram a figura da família na atribuição de apoiadora, e apenas em uma entrevista foi citada a contribuição da Igreja Católica. Nos extratos das entrevistas apresentadas a seguir nota-se esta realidade:

Só família mesmo. (E. 01)

Não, nos dois somos a nossa coluna. Aqui a gente não tem família, uma mora pro lado, outro mora pro outro, minha mãe vem todo ano, é nos dois mesmo (E. 06)

Não tive, foi mais a família que já tava aqui. (E. 07)

Apoio só da Igreja Católica mesmo, ali do Santuário dos Ingleses. Tipo assim, eles ofereciam cursos, tinha café almoço, eu ficava ali o dia todo. Ganhei o enxoval do meu menino todo deles, gosto muito dali. (E. 08).

Quando questionados sobre qual a expectativa tinham em relação a morar em Florianópolis surge novamente a questão vinculada ao trabalho. A migração está posta na relação com a possibilidade de trabalhar, melhorar a qualidade de vida da família e ainda a possibilidade de sair da cidade de origem que apresentava alto grau de violência. Os seguintes depoimentos exemplificam este contexto:

Pra trabalhar. Aqui é mais fácil trabalhar, lá aonde a gente morava era muito violento, pra criar os filhos, assim, é bem difícil. E aqui já é mais calmo. (E. 01)

Trabalhar, ir bem além. Trabalhar, juntar um dinheiro, comprar uma casa. Tipo assim, subir de vida. Só que ainda não deu. (E. 07)

Era trabalho mesmo e pra gente ficar junto. Mas aqui tem muito trabalho, a gente não para. Meu marido agora é patrão, trabalha fazendo meio fio de calçamento, tem uns quatro peão que trabalha pra ele e também faz uns rolos com carros, ele compra e vende. E eu tenho uma patroa e faço outras faxinas. (E. 08)

Na questão que abarcou saber como era a moradia na Comunidade Papaquara observou-se que 63% dos entrevistados qualificaram-na como ruim, enquanto os 37% restantes expuseram gostar de onde moravam, tendo em vista que não havia o aluguel e outros gastos (como por exemplo: água e luz), como pode-se observar:

Pra mim era ruim. Porque era tipo, eu não peguei esta fase – sorte minha, mas um pouco antes de eu morar quando chovia de mais tinha enchente, então ia até o meio da rua e o pessoal tinha que sair, ficavam no colégio o pessoal. Não precisei ficar no colégio aí eu peguei e aluguei uma casa na Ponta das Canas. (E. 05)

O local ali era bem difícil. No termo de energia que faltava muito, aquele rio que com chuva mesmo, meu Deus. Era bem difícil (E. 07)

A casa era de madeira né, até que, não que a gente queira se acostumar, mas foi uma forma de sobrevivência, porque a gente deixamos de pagar aluguel, pra te alguma coisa a gente ficava a mercê de algumas situações que não era viável pra nós. Então tinha que ficar naquela situação pra chegar onde a gente queria, entendeu. (E.06)

Olha, eu gostava. Tem gente que diz que era ruim. Mas ali a gente não pagava aluguel, tinha água, luz. E foi assim que a gente conseguiu fazer uma casa lá na Vargem Pequena. (E. 08)

Como já identificado, o conhecimento e contato à comunidade se deu pelo informe de algum amigo ou familiar que apresentou o local como oportunidade de sair do aluguel, demonstrando que os entrevistados compraram as casas em que passaram a residir na comunidade Papaquara, podendo ser conferido nos extratos a seguir:

Aí achei esse barraco por dois mil, como ele viu que eu queria mesmo ele aumentou para dois mil e quinhentos no dia de pagar ele disse que apareceu um aí que dava três mil aí eu disse eu dou os três, melhor do que ta pagando quatrocentos de aluguel. (E. 04)

Pra mim não teve nada de bom, mesmo querendo ou não porque lá todo mundo comprava, na minha época já comprava lá na Papaquara não era mais ocupação, daí comprava, eu paguei quatro mil e pouco mais reformas, eu comprei vaso tudo, tudo novo sabe. (E. 05)

Morar na comunidade mostrou-se como opção para não mais pagar aluguel, já que, deixam claro que não possuir uma moradia dificulta a vida na cidade, como esclarece Yazbek quando expressa que “o quadro [da favelização] é de um conjunto de moradias em área extremamente pobres, de difícil acesso, todos eles inacabados para a ocupação residencial, expressando assim soluções extremas para viver na cidade” (1996 p.114,). Outro aspecto a ser considerado é que se torna uma forma de realizar uma poupança para posteriormente potencializar a possibilidade de melhoria na condição habitacional (KOWARICK, 1979).

Os entrevistados narram não haver nenhuma fonte de apoio em Florianópolis e citam que a família é a base para o auxílio à manutenção das necessidades, não aparecendo nos depoimento a figura do poder público na aplicação de políticas públicas. Assim apresenta-se a responsabilização da “familiar como um recurso potencial para enfrentar as demandas sociais e econômicas que desafiam a capacidade das famílias para encontrar saídas [...]” (BAPTISTA, VITALE, FÁVERO e GANEV, 2008, p.13) diante de uma realidade social de pauperização.

Ao reportarmo-nos ao aspecto da expectativa dos entrevistados em vir para Florianópolis, é visto novamente na centralidade dos depoimentos o fator trabalho. É unânime a opinião de que na Ilha de Santa Catarina não falta trabalho, estando o trabalho vinculado a uma ocupação que possibilite a geração de alguma renda. Os depoimentos não demonstram preocupações que envolvem a qualidade do vínculo de trabalho, como por exemplo, no que trabalhar, onde trabalhar, os meios aos quais se materializam o trabalho. O princípio é a renda, já que, segundo os depoimentos, é através dela que alcançar-se-á a melhoria de vida. Assim, não há a identificação da precariedade que o trabalho informal os impõe, estando eles aquém de uma inserção ao mercado de trabalho formal com garantia de direitos trabalhistas como férias remuneradas e Fundo de Garantia de Tempo de Serviço. A renda é a meta central do trabalho e contemplam-se de modo que:

“se precariza cada vez mais a medida que o neoliberalismo impõe sua lógica da regulação da sociedade. Esta parece estar hoje aos pés do mercado, suplicando trabalho [...] Quase todos que procuram entrar no mercado de trabalho e sentem a

extrema dificuldade de inserção expressam geralmente a vontade de trabalhar o que se encontra, seja lá como for. Qualquer salário é melhor que salário nenhum. (DEMO, 2005, p.36)

Ainda, confirmando a crise existente no que envolve o entendimento de trabalho-gerador de renda, podemos recordar Botelho que clarifica: “não se trata mais de apelar para um “salário justo para um trabalhador digno”, mais sim de admitir, na falta de qualquer alternativa, que vale “um salário mínimo para um trabalho qualquer” (2009, p.202). Assim, o trabalho mantém-se vinculado a renda e desvincula-se do caráter livre, com decisão e consciência, assim como Nogueira esclarece ao parafrasear Antunes:

[...] é necessário que o “trabalho se torne autodeterminado, autônomo e livre e, por isso, dotado de sentido. Deverá ele também ter como prolongamento, ou seja, por meio “do uso do seu “tempo livre”, o contato com a literatura, e poesia, a arte, a música, a pintura etc., exercitando dessa forma, a liberdade. Liberdade esta que será imprescindível para a emancipação e humanização universal do ser social. (2006, p. 150-151)

Ainda, o trabalho é apresentado pelos entrevistados vinculado apenas ao meio de aquisição de bens que contemplem uma frágil segurança material, não identifica-se narrativas com planos frente ao trabalho, ao estudo, a capacitação, ao lazer e etc., apresentando as necessidades dos entrevistados no estágio do imediato.

Ao recordarem da moradia na comunidade Papaquara, através do questionamento de como era a habitação, não há novamente a objetivação da dimensão estrutural, da forma, da qualidade. Observa-se que é colocada a não satisfação diante da condição das enchentes, o uso e venda de droga, mas também retorna a figura da favela como meio de sobrevivência, pois há depoimentos que exprimem a satisfação de estarem morando ali, destacando a não necessidade de pagamento de aluguel, luz e água, o que permitia às famílias a possibilidade de economizar.

A pergunta que finalizou etapa inicial do roteiro de entrevistas buscou abarcar o ideal de casa que as famílias possuíam, tendo em vista as moradias pelas quais já tenham passado. Diante disto, destaca-se, em duas entrevistas, o não alcance da resposta ao ideal que a família possui como casa, mas a constatação que a situação atual é melhor, ou seja, não houve a manifestação de uma aspiração; e também um entrevistado não soube responder a pergunta não realizando a projeção de um ideal de moradia. Nas cinco restantes observou-se que os entrevistados conseguiram expor o ideal de casa, sendo enfatizado que o objetivo de moradia está associado principalmente ao não pagar aluguel. Os fragmentos de entrevistas abaixo evidenciam esta questão:

Depois que a gente veio pra cá melhorou. (E. 01)

Hoje é bem melhor do que era ali em baixo né. Porque lá em baixo não era uma vida boa, quando eu morava lá, eu morava com ela [Avó]. (E. 02)

Uma casinha até dentro do mato, até de baixo de uma pedra eu e minha família pra não pagar aluguel, porque não tem condições. O aluguel deixa a gente passar necessidade com os filho. Mesmo um terreninho a gente faz até de plástico, pelo menos não paga aluguel. Pra mim serve qualquer lugar uma casinha serviria. (E. 04)

Casa né, eu ainda moro de aluguel, na verdade a gente queria a casa. (E. 05)

Ah, imagino uma casa com quatro quartos na real, pra ser sincero, uma sala grande, uma área pros meus filhos brincar, e uma laje e deu. (E. 06)

Uma casa com mais espaço, ainda mais agora que aqui é só quarto cozinha e banheiro. Tem meu pequeno e agora to grávida. Uma casa maior, uma casa bonita. Mais espaço né, pros meus filhos. (E. 07)

Até neste momento da entrevista nota-se que os entrevistados ao serem questionados sobre o ideal de casa não manifestaram a projeção de uma casa imaginada pela família. Isto evidencia o imediatismo no cotidiano das relações e projeções, pois não há a identificação de planejamento de médio em longo prazo nas ações dos entrevistados. Outro aspecto a ser pontuado se refere ao fato do não estranhamento das desigualdades sociais, isso posto quando justificam que somente pela força do trabalho irão superar a situação de pobreza. Neste sentido, Netto e Falcão apresentam que:

É característica igualmente da vida cotidiana a sua imediatez e o pensamento manipulador. No plano da cotidianidade o útil é o verdadeiro, porque é este o critério da eficácia. O critério de validade no cotidiano é o da funcionalidade. A esfera do cotidiano é uma esfera precisa do homem concreto. A objetivação que se passa no cotidiano é aquela em que o homem faz do mundo o seu ambiente imediato. Isso significa que, na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente o complexo social. (1987, p.25).

Pode-se afirmar que a inexistência da segurança do acesso à moradia materializa-se pelo imediato, onde ter um local livre de aluguel para chamar de casa, não importando muitas vezes onde e de que forma, torna-se o ideal de habitação e compensatório à trajetória migracional.

O segundo momento da entrevista buscou abranger a situação atual das famílias. Neste sentido, iniciou-se com a indagação de quais, segundo os entrevistados, seriam as dificuldades encontradas em Florianópolis. Três entrevistados citaram a mudança de clima como maior dificultador, tendo em vista que o inverno no sul do Brasil é mais acentuado. Outro ponto

ressaltado está em obstáculos para acesso a bens e serviços públicos, como: saúde e escola. Mostrou-se, também, novamente a presença do pagamento de aluguel como acentuador das condições dificultadoras para permanência em Florianópolis. Esses pontos são demonstrados a seguir:

Foi só um pouco de frio, só isso. [Pensou mais um pouco e prosseguiu] A única desvantagem que eu acho aqui, esse negócio aqui tem de tudo, esse aqui [POLICLÍNICA de Canasvieiras], fui ali essa semana que o menino [filho] foi atropelado pela perna, quase quebrou a perna, sexta feira eu cheguei lá e eles não atendem não, dizem que não tinham raio X não. Aí ele foi pra Celso Ramos, chegou lá de sete e pouca até duas horas da manhã. O menino com a perna inchada pra tirar o raio X, eu dormi no hospital. No frio comecei a congelar, porque não achava mais ônibus. Era só isso, porque era pra te um raio X, um pronto atendimento aqui. O cara já chega doente aqui, precisa de um raio X e precisa ir no Celso Ramos, chegando lá tinha uma mulher com a perna pior, porque o ônibus passou por cima, o médico atendeu primeiro. Tinha que ter uma pessoa pra olhar isso aqui, se bem melhor atendido. (E. 04)

Eu acho que os alugueis, acho que foi a maior dificuldade. É o aluguel mesmo que mata. Creche, creche pública é horrível agora faz um mês que minha filha tá, ela ficou três anos matriculando e não conseguia. Aí se pagar particular não vale a pena trabalhar porque é quatrocentos reais. (E. 05)

Nossa e agora.... Olha a maior dificuldade foi colocar meus filhos na creche a princípio e a segunda dificuldade..... meu Deus.... é encontra uma casa fixa, batalhar pra ter uma casa fixa pra deixar de pagar aluguel, nosso sonho é esse. (E. 06)

O frio. Acho que só (E. 07)

Foi o frio. (E. 08)

Nas entrevistas foi realizado um contraponto referente à pergunta anterior, buscando levantar as vantagens que as famílias encontraram em Florianópolis. Em 100% das respostas foi mencionada a existência de trabalho, ressaltando que em Florianópolis existe muito trabalho. No entanto, somente um entrevistado traz o aspecto do alto custo de vida da cidade. Mais uma vez notou-se o relato de que na Capital e Santa Catarina é um lugar calmo, diferente da cidade de origem. Assim, vemos nos extratos:

Aqui tem trabalho, é sossegado, lá era muito violento (E. 01)

É o trabalho, aqui é bem melhor do que lá. Se quiser trabalhar, aqui tem serviço, quem quiser trabalhar, trabalha aqui nessa cidade. Lá é muito mais difícil e muito perigoso, lá porque, a minha vó não gostava de lá porque era muito violência lá em Foz do Iguaçu, era muita gente morrendo lá. (E. 02)

A vantagem é que aqui não falta serviço. Graças a Deus aqui tem muito serviço pra gente trabalhar. Porque ali na Bahia tem pouco, em cidade pequena tem pouca construção. (E. 03)

Vantagens daqui pra mim são muitas, emprego, você não fica desempregado aqui, você trabalha a hora que você que, tanto verão e inverno. Outro aspecto, pra mim que tenho filho, aqui é muito calmo, pacato. (E. 06)

Aqui é um lugar bom de ganhar dinheiro, mas assim, do mesmo jeito que cê ganha, cê gasta e aqui o custo de vida é caro. Mas aqui é melhor para trabalho essas coisas assim entendeu. Quem quer realmente trabalhar não fica parado. (E. 08)

Os entrevistados ao ressaltarem as dificuldades e vantagens encontradas em Florianópolis levam-nos a refletir sobre a decisão para percorrer uma trajetória migratória, mostrando-a impulsionada pelo conjunto de qualidades divulgadas sobre tal local. Todavia, a realidade “da nova” cidade pode revelar dificuldades que não eram esperadas, se opondo a esperança da melhoria da qualidade de vida. Brito apresenta a seguinte ponderação:

Entretanto, a ampliação das telecomunicações, hoje mais abrangente do que antes, assim as redes de interação social, têm tido um efeito fundamental divulgando que as grandes virtudes das grandes cidades desapareceram, diante da violência urbana, desemprego, das dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos e à moradia. As “externalidades positivas” das grandes cidades, das grandes regiões metropolitanas, em particular, que tanto atraíram os migrantes, segundo as teorias econômicas, foram superadas pelas “externalidades negativas”, comprometendo a esperança do migrante de traduzir em realidade a sua “ilusão de melhor de vida”. (2007, p.18)

Desta forma, as famílias da comunidade Papaquara, além da precariedade habitacional, também se defrontaram com a precariedade no acesso a serviços públicos, pois a Florianópolis urbanizada não oferece serviços para atender a população no que está diretamente relacionado à moradia de qualidade. Maricato traz a importância da criação de consciência da cidade real e indicar assim pontos para o alcance da qualidade de vida que abrangem noções de necessidades básicas e atuação responsável do poder público:

Indicadores sociais como evolução das matrículas nas escolas, leitos nos hospitais, atendimento à gestante, mortalidade infantil, número de homicídios, longevidade etc. constituem parâmetros para avaliação de políticas públicas e gestões governamentais [...]. (2003, p. 71).

Logo, esses indicadores são constituintes do pleno acesso a moradia, pois como já exposto anteriormente, não está o direito à moradia vinculado a paredes e telhado, como local exclusivo de descanso para o trabalhador recuperar forças, a fim de que ao acordar esteja com sua vitalidade recuperada para reproduzir a expansão do capital do empregador. Assim sendo, é inerente à habitação, serviços de educação, saúde, segurança pública, coleta de lixo, água,

saneamento básico. É este o local de socialização e de cidadania da família, identificando assim a qualidade de vida na satisfação das necessidades básicas que a ela correspondem.

No intuito de observar a situação das famílias após o recebimento da indenização e aluguel social pela PMF, foi questionado o quanto a medida do poder público municipal contemplou o ideal de moradia imaginado da família. Neste sentido, fez-se notar que apenas em três entrevistas foi apontada a “solução” habitacional. Contudo, o local no qual adquiriram a moradia situa-se em área pertencente à União, ou seja, ilegal. Apenas uma família ainda possui o dinheiro da indenização na tentativa de futuramente comprar um imóvel. A outra metade dos entrevistados relatou não possuir mais o dinheiro da indenização e permanecem morando de aluguel. Diante da realidade exposta, 75% dos entrevistados demonstraram descontentamento com a medida municipal julgando-a como não eficiente para a solução habitacional das famílias. Também houve um entrevistado que manifestou a insatisfação com a postura dos líderes comunitários que não questionaram a proposta da PMF, como também o descaso do poder público municipal. Além de relatarem que muitas famílias apresentam-se hoje em situação de maior vulnerabilidade em comparação ao quando moravam na comunidade ribeirinha. Abaixo alguns trechos das entrevistas:

E a gente veio pra cá e comprou, reuniu a família, que era mais ou menos 11 famílias, e reunimos as famílias e compramos este terreno aqui. (E. 01)

Teve muita gente que recebeu dinheiro e não comprou nada né, só gastaram, gastaram, gastaram, aí nos se ajuntemo e compremos esse terreno e cada um fez a sua própria casa. Fiquei na casa de meu primo (alugada), ele alugou uma casa pra nois, fiquemo lá três meses até fazer essa e depois nos viemos pra cá. (E.02)

Aqui é aluguel, acabou esse mês. Compra casa não dá com 10 mil, mas a gente ta juntando dinheiro pra vê se consegue comprar uma casa, dar de entrada, alguma coisa assim. Aqui, só o meu sogro recebeu indenização e eu né, da família. Ai ele joga fora “bem dize”, só gastou em besteira e eu já fui mais esperta guardei na poupança. (E. 03)

Foi pouco em relação da gente adquirir uma casa mais nunca. Com dez mil a gente não arranjava um terreno do tamanho que tinha aquela casa ali era quatro por onze de comprimento. Não tem terreno nenhum daquele preço. (E. 04)

Eu acho que muito pouco. Eu não fiz nada mesmo. Não deu pra fazer nada, porque aqui em Florianópolis é muito caro pra fazer alguma coisa, daí ninguém parcela, se tu for parcelar tem que dá uma entrada de quarenta, cinquenta mil, se não tu não consegue parcelar. Eu gastei uns seis, sete mil, pra mim não adiantou em nada. Não tenho nada mais, o aluguel bem dizer já foi. A gente pagou aluguel, contas e foi indo. (E. 05)

O que eu achei, o que aconteceu lá, não era pra as lideranças do Papaquara tomar a atitude que tomou, porque eu vou ser sincero pra ti, dez mil reais não muda a vida de ninguém. Ainda mais a gente que tem filho pra caramba. Então eu achei uma atitude de impulso, vamos fazer isso porque, entre aspas vamos dizer assim: somos pobres, ta, então vamos aceitar o que eles tão dando. Era pra ser conversado: vamo

fazer um seguinte, vamo procurar um canto pra fazer casas pras famílias, isso mais viável de que pegar dez mil, quanta gente que eu vi lá gastaram dez mil a troco de nada. E as lideranças que tava lá apoiando sabia que isso ia acontecer. Quando chegaram pra mim e ligaram e falaram: –*Deram dez mil*; eu disse: – que dez mil rapaz, pra que dez mil, a gente vai fazer o que, o que que você compra aqui em Florianópolis com dez mil. – *Dá pra comprar um terreno*. Eu disse assim: – vou comprar um terreno e a casa ta aonde? Aí o [...], que estava a frente, eu falei assim: – Seu [...] acho que está tudo completamente errado. – *Não baiano você chegou hoje, chegou agora....* Ai me retive porque, realmente cheguei agora, mas não é porque eu cheguei agora, mas eu to dentro da situação, e eu penso. E eles não, não... *vamos aceitar, vamos aceitar*. Eu disse: tudo bem, eu vou aceitar por força maior, não que eu queira esses dez mil. Não adianta nada pegar dez mil, aqui em Florianópolis você acha terreno aqui por 50 mil, 60 mil. Ai eu fico olhando, o povo não teve uma concepção de pensamento, parar e pensar dez mil não vai mudar a minha vida; eu tava dentro do que é meu, é ilegal, é Papaquara, é favela, é !, mas eu estava dentro do que é meu. No meu ponto de vista o estado disse: que nada, esse povo que se dane vamos dar logo esses dez mil. (E.06)

Agora acabou, porque dos dez mil a gente devia quatro mil a minha mãe. Que foi a minha mãe que emprestou pra gente comprar lá o barraco, a casa. Tivemos que pagar ela. Meu marido teve que mandar uma ajuda para a mãe dele, aí foi indo, foi gastando, gastando e hoje em dia não tem mais nada na conta. E hoje em dia o aluguel social que era de seis meses já acabou. E hoje em dia é ele (marido) que está sustentando. (E.07)

Se eu tenho hoje também e porque minha mãe me ajudou, tá entendo. Sim, ajudou a comprar minha casa, deu uma boa entrada. Dez mil reais aqui em Florianópolis você não compra uma casa, no Ceará cê compraria e sobrava troco, mas aqui não compra. Ou a melhor coisa é comprar alguma coisa e pagar parcelado. Tem gente que ta até agora pagando aluguel e não conseguiu fazer nada. Porque que não fizeram umas casas tipos essas da COHAB, aí a gente pagaria até uns duzentos reais no carnê. Todo mundo ia conseguir pagar. Assim tem um monte de gente aí que não conseguiu nada. (E. 08)

A pesquisa junto aos moradores da comunidade Papaquara revela que a indenização e aluguel social não se confirmaram como medidas para a solução habitacional das famílias. Nos relatos levantou-se que muitas famílias não possuem mais o dinheiro da indenização e em suas moradias atuais são de aluguel¹⁰, destaca-se que anteriormente, enquanto moradores da comunidade Papaquara, não havia este custo dificultando a situação financeira das famílias. A maioria está inserida no mercado de trabalho através de atividades precarizadas gerando uma renda familiar muito baixa, pois todas possuem renda familiar inferior a 03 (três) salários mínimos e, aquelas que conseguiram comprar uma casa, fizeram-na em locais ilegais na própria comunidade, realidade verificada através do Jornal Notícia do Dia, em área que apresenta “situação crítica. Cães e cavalos perambulam pela rua, [...], vasculhando restos de alimentos no lixo largado na rua, principalmente nas proximidades do terreno onde alguns moradores fazem reciclagem (SCHIELSTL, 2011, p. 03)”. Deste modo, com a indenização de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e morando em uma cidade que apresenta alto custo de vida, as

¹⁰ Sendo importante lembrar que o aluguel social foi repassado pela PMF até julho de 2011.

famílias não puderam optar em morar em uma área legalizada, mostrando que a “incapacidade de compra explica a razão pela qual as famílias de baixa renda são empurradas para as periferias urbanas, uma questão em grande medida ignorada pelos formuladores de políticas” (SMOLKA, 2003, p. 121). A moradia não é efetivada afastando esses moradores da qualidade de cidadãos de direito, esta que:

[...] impõe a institucionalização de uma estrutura pública com poderes para fazer com que essa prioridade seja observada, e capaz ainda de desenvolver e induzir a implantação de políticas que organizem a produção de moradias e possibilitem o acesso aos excluídos do mercado imobiliário (INSTITUTO MORADIA, 2000, p.14).

O E. 06 apresenta indícios de que identifica o poder público atuando da forma a qual não comporta a aplicação de uma política pública, chegando a mencionar que de certa maneira a PMF atuou na busca da exoneração da sua responsabilidade.

Nota-se que houve a passagem da responsabilidade à população no que compreende a solução habitacional com a quantia destinada e aluguel social, além da postura dos líderes comunitários em função do imediato, não questionando o papel da PMF como instituição pública e interventora a partir do instrumento da PHF. Neste sentido, Maricato assinala mesmo em função de interesses vinculados a propriedade de caráter individual:

Nossa experiência em administrações municipais e também nos movimentos sociais mostrou que estes dificilmente apresentam propostas que vão além de demandas pontuais [...]. Muitos deles, mesmo quando formados pela população pobre [...] fazem reivindicações que são conservadoras, relacionadas à defesa da propriedade privada [...] (2003, p.73).

Em título de encerramento da entrevista indagou-se sobre o desejo de voltar à cidade de origem e quais os planos para permanência em Florianópolis. Em 100% das entrevistas foi apontada a negativa referente à vontade de voltar ao município do qual são originários. E em relação aos planos, os entrevistados citaram projeções ao futuro dos filhos e sair do aluguel. Houve também os que não conseguiram responder a pergunta, da mesma forma como não houve a objetivação do imaginário ideal de moradia. A seguir destacam-se:

Quando eu cheguei aqui eu tinha vontade de voltar, não conhecia o lugar, aqui todo lugar que a gente quer ir é longe, lá era mais perto, mais fácil. Antes queria voltar, mas agora não. (E. 01)

Se eu achasse de ter minha casinha aqui eu ia ficar por aqui mesmo, meus filhos não querem mais pra Bahia não, porque lá eles viviam parado, passando necessidade aqui tem mais campo de... pra pessoa trabalhar, desenvolver

psicologicamente. Aqui é maior, tem muita área pra optar. Só se tiver lugar pra morar, pra não pagar aluguel. Eu mando quinhentos reais por mês pra minha mulher, duzentos e cinquenta quinzenal. A gente não se separou ela não quer separar, diz que quer ficar comigo, diz que é pra mim ir pra lá, mas agora ele tem que vir pra cá, eu não posso mais sair daqui. Se eu tivesse um terreno aqui em qualquer lugar que não fosse em favela de drogado, eles não respeitam ninguém, eu ficaria por aqui, porque não falta trabalho nem pra mim e pro meus filhos. (E. 04)

Voltar não. O plano é dá um futuro bom pra minha filha, trabalhar bastante para dar para ela o que eu não tive. Eu estou focada mais nela agora, no momento. (E. 05)

Não tem desejo de voltar. Cê sabe quando você bota alguma coisa no coração e gosta do lugar que você tá, e algo mexe dentro de você e diz que vai dar certo tudo aqui, é isso que acontece com a gente. (E. 06)

Pra visitar só. Se a gente tivesse uma ajuda aí, um negócio pra me manter aqui porque agora no momento tá bem difícil. Porque só ele trabalhando, ele tira 800 reais, aí 300 de aluguel, mais vem energia, vem água. Agora amanhã ou depois, eu grávida, meu filho crescendo, e até eu ter esse filho pra voltar a trabalhar. (E. 07)

Não, só para passear. E quem sabe ir morar nos Ingleses. (E.08)

Nestes extratos é evidenciada a esperança da melhoria de vida com a conquista de uma moradia e o trabalho como ponto basilar na permanência em Florianópolis. O E. 05 direciona os seus planejamentos aos filhos, não se reportando aos projetos para realização pessoal, há o deslocamento dos planos, perde-se a intensidade das próprias realizações, ou seja, não há visualização do alcance da qualidade de vida dentro dos seus planos e sim aos planos futuros de outros, pois o foco é dar à seus descendentes as oportunidades que não teve, podendo posteriormente concretizar seus anseios junto aos filhos.

A pesquisa efetuada possibilita a verificação da realidade da população na expectativa da superação de vulnerabilidades com o lançamento do ato de migração, que se desdobra em barreiras sociais, econômicas e culturais das famílias abordadas. Pode-se destacar que os indivíduos entrevistados não possuem a consciência plena de serem cidadãos de direitos, o reconhecimento das desigualdades sociais quase que inexistente, bem como a visão dos direitos garantidos a partir do Estado também é ausente, prevalece a visão da superação das dificuldades pelo trabalho árduo e contínuo.

A realização das entrevistas possibilitou observar o papel do trabalho na vida dos indivíduos abordados. A migração reflete a responsabilização do trabalhador na superação das expressões da desigualdade social através da venda da força de trabalho. No entanto, é sabido que a lógica do sistema econômico capitalista com base exploração da força de trabalho através da sucção do excedente do salário do trabalhador, coloca-o numa situação de

vulnerabilidade e pobreza. Deste modo, Brito confirma a relação migração e trabalho como alimentador das desigualdades:

A liberdade de vender a sua força de trabalho implica, como condição necessária, a sua mobilidade entre os diferentes setores da economia e no espaço, segundo as necessidades do capital. Nessa perspectiva, à liberdade de vender a força de trabalho, acrescenta-se a liberdade de se mover no espaço ou migrar. Em outras palavras, a migração, ou a mobilidade espacial da força de trabalho, é considerada, por definição, inerente ao próprio mercado de trabalho capitalista. Trata-se de uma condição que se desenha desde os primeiros estágios do capitalismo, quando da subordinação formal da força de trabalho ao capital. (2007, p. 21).

A indenização e aluguel social destinados pela PMF às famílias da comunidade Papaquara demonstrou o tipo de comprometimento do órgão público frente às demandas da população do município. Através da pesquisa foi observada a materialização da desobrigação do poder municipal, uma vez que é possível identificar a medida da indenização e aluguel social pela PMF não abarcando a decisão ideal para a situação, havendo apenas a amenização de uma situação emergencial através de uma intervenção não planejada. Não houve a aproximação de uma resolução da questão habitacional de maneira definitiva em longo prazo, demonstrando que “o Estado se afastou, na prática, de uma solução habitacional efetiva para os mais pobres, que fosse pautada em ações de caráter redistributivos e que minimizasse os processos de acumulação e o aumento das desigualdades” (LONADORNI, 2007, p. 19). Se for observado o alto custo de vida da cidade de Florianópolis concluir-se-á que em determinado ponto essas famílias irão procurar novamente o poder público demandando políticas habitacionais.

Não se identificou a ação de políticas públicas de médio e longo prazo, o que apenas adia a resolução da questão habitacional daquelas famílias e ocasiona perdas aos cofres públicos desarticulando o emprego de políticas públicas que cobririam toda a população da Capital, por via de investimento em bens e serviços como: moradia, educação, saúde, segurança pública e etc.

Ao migrarem, as famílias não poderiam imaginar que a situação de suas vidas frente às dificuldades não alcançaria grandes mudanças. Mesmo confirmando que não possuem intenção de ir embora e justificarem (“possuem fé”) que com o trabalho árduo a vida irá melhorar e poderão ter acesso à moradia, estas famílias estão em postos de trabalho extremamente precarizados, com uma renda irrisória e tendo, todos os membros das famílias dificuldades no acesso a educação, saúde e etc.

O grau de instrução não comporta a inserção em ocupações profissionais mais reconhecidas, ocasionando a permanência em atividades laborativas frágeis e inseguras. Migrar apresenta-se como uma pedra jogada no escuro, onde não há ao menos noção de onde ela cairá. Arriscar, se lançar à sorte está evidenciado nas narrativas, pois sair da cidade de origem conta com a possibilidade de mudar de vida, mas não a certeza disto. Os migrantes estão diante de um contexto social que exige cada vez mais dos indivíduos, e, quando não oferecem o que lhes são exigidos, ou seja, a permanência nos trilhos do capitalismo, são direcionados a integrar o excedente, a reserva da força do trabalho. Daí, restando para esta população excluída do mercado de trabalho formal recorrerem às iniciativas de sobrevivência. Enfim, não possuem a liberdade de escolher suas atividades laborais.

Migrar significa, na realidade colocada pela pesquisa, na maioria das ocasiões aceitar experiências de outro alguém. Este alguém que já estava no local e sabe como é, estando em posição de ter que confiar em terceiros e de repente encontrar-se sozinho em meio a uma enchente assistindo todas as expectativas desmancharem. Pode-se considerar que abandonar a cidade de origem e lançar-se a um local culturalmente diferente é um ato de coragem, sobretudo onde o frio surge como dificultador, longe de suas redes familiares e de amizade.

A inexistência de políticas públicas efetivas ocasiona com que em todas as regiões do país famílias inteiras percorram milhares de quilômetros para alcançarem uma vida “confortável” e ao chegarem à cidade dos sonhos, das oportunidades, haverão de encarar as mesmas dificuldades de antes: a violência, grande distância até chegarem às escolas e atendimento médico. Pode-se afirmar que a não garantia de direitos resulta no processo de migração, assim como o do retorno à cidade de origem. Este fato ficou evidenciado na pesquisa, quando foi identificado que três famílias a serem procuradas para a aplicação da pesquisa retornaram a cidade de origem.

A caracterização da comunidade Papaquara e as entrevistas realizadas, possibilitam intuir a defasagem da atuação do poder público frente ao déficit habitacional do município. A realidade evidenciada pela pesquisa indica a impossibilidade de exercitar a cidadania e os meios para a efetivação dos direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se analisar a trajetória migracional das famílias da comunidade Papaquara, trajetória que, exibiu-se como pseudo-instrumento para superação da realidade de pobreza. As entrevistas com as famílias revelaram que a remoção da comunidade Papaquara resultou na insegurança habitacional, tendo em vista que a maioria da população encontra-se morando de aluguel e verificou-se a compra de casas de forma irregular, próximo a antiga comunidade.

Abarcou-se a questão urbana e suas determinações frente às trajetórias migracionais na sociedade brasileira confirmando a predominância da população urbana sobre a rural. A migração surge como forma de sair da realidade rural vulnerabilizada, frente à automatização do campo, passando esta população integrar áreas do perímetro urbano, locais que apresentam grande oportunidade de emprego. A trajetória migracional das famílias entrevistadas revelou esta realidade da esperança da superação da condição de pobreza. No entanto, as cidades urbanizadas recebem a força de trabalho migrante, mas não a absorvem totalmente criando o exército de reserva de mão de obra. Explica-se esse fenômeno pelo fato os migrantes, na maioria das vezes, não conseguirem corresponder às determinações do mercado de trabalho formal (como por exemplo, o nível de escolaridade). E como consequência estes se inserem no mercado de trabalho informal como forma de sobrevivência, desvinculando a trajetória migracional ao sucesso econômico e superação da pobreza esperado, como demonstrou a pesquisa realizada.

Outro ponto que agrava o grau de vulnerabilidade da população migrante, e revelado pelas entrevistas, é a dificuldade no acesso a bens e serviços públicos, questão esta que manifesta-se quando observada a realidade habitacional das famílias entrevistadas.

Confirma-se que a localização das moradias está vinculada como a possibilidade de sobreviver na cidade, já que o mercado imobiliário não oportuniza as famílias o acesso à cidade formal, com acesso a saneamento básico, serviços de saúde, segurança pública, educação e etc. O poder aquisitivo demandado para a entrada na cidade urbanizada não é possibilitado à população empobrecida. O trabalhador pobre e informal possui nas periferias a saída de reprodução às suas atividades laborativas na cidade, ao mesmo tempo em que não faz parte da cidade que o explora.

A precariedade habitacional da população da comunidade Papaquara se potencializa quando após várias enchentes o poder público intervém de maneira insuficiente. Ao se

observar o alto custo de vida da cidade de Florianópolis não se considera que as medidas indenizatórias e o acompanhamento do aluguel social por seis meses comportariam a superação da defasagem habitacional das famílias. Através das entrevistas efetuadas e juntamente com a fundamentação teórica observa-se a necessidade de uma política habitacional efetiva e, com o emprego das indenizações, verifica-se a figura do sujeito como responsável pela sua situação de pobreza.

No entanto, ficou evidenciado que as famílias entrevistadas manifestam a satisfação de morarem em Florianópolis. Os entrevistados realizam a comparação com a cidade de origem e expressam o alto grau de vulnerabilidade à qual estavam expostos na cidade em que residiam. A existência de violência, pouco trabalho e baixa remuneração fazem de Florianópolis a cidade que oportunizará a superação da condição de pobreza através do trabalho informal e precarizados, não cogitando a possibilidade de retornarem a cidade.

Por fim, este trabalho de conclusão de curso possibilitou a confirmação da realidade social de uma grande parcela da população, qual seja da desigualdade social e pobreza decorrente. E, por isso, apresenta-se a importância da elaboração de políticas econômicas e sociais para a superação da realidade de não acesso à moradia e de seus elementos inerentes (saneamento básico, urbanização, serviços de saúde, educação, transporte e etc.).

Ao serviço social se coloca o compromisso ético de contribuir para a garantia dos direitos e o acesso aos bens e serviços sociais. Dessa forma, o assistente social deve estar direcionado para uma ação que, pautada numa posição crítica, efetive os direitos dos trabalhadores. Assim, reportando-se ao serviço social da SMHSA indicar-se-á o emprego de ações geradas de uma reflexão crítica em prol da defesa dos direitos da população munícipe. Foi possível identificar que a realização dos relatórios situacionais esteve com o encargo de coligar as famílias “que teriam o direito” de receber as indenizações e aluguel social, mas estas ações não consolidaram a cidadania das famílias, pois concretamente não possibilitaram o acesso à moradia digna. De outra maneira, coloca-se a complexidade e importância da democratização das informações junto aos sujeitos usuários, tendo em vista a PHF. Por fim, pode-se constatar uma preponderância do cumprimento de tarefas determinadas pelo gestor municipal. Assim, as contradições inerentes à ação do profissional de Serviço Social ficam expressas nesta pesquisa e colocam desafios imensos à ação transformadora, sobretudo no sentido de propor e efetivar uma política de habitação, que consolide dignidade de vida.

É através de experiências como a apresentada neste trabalho de conclusão de curso que comprova a necessidade de instigar a realização de avaliações das ações institucionais para alargamento do acesso aos direitos da população.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Torres de, GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **In: Revista Katálisis**. Florianópolis v. 12n 2 p. 161-169 jul./dez. 2009.

BRASIL, **Constituição da República do Brasil de 1988**. Brasília, Senado Federal, 2006.

_____, Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Novembro de 2004.

_____. Ministério das Cidades. **Conhecendo o PAC**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/conheca-o-pac>. Acesso em: 26 de setembro de 2011.

_____, Lei 8080 de 19 de setembro de 1991. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, e a organização e o funcionamento dos Serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>. Acesso: 23 de junho de 2011.

_____, Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Benefícios Eventuais**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/beneficioseventuais>. Acesso: 23 de junho de 2010.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Modalidades**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/beneficioseventuais/modalidades>. Acesso: 23 de junho de 2010.

_____, Medida Provisória n. 2166 – 67, de 24 de agosto de 2001. Dispõe sobre alterações dos arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm. Acesso: 04 de maio de 2011.

_____, Lei 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

BAENINGER, Rosana. O Brasil nas rotas das migrações internacionais recentes. **In: Jornal da Unicamp**. Edição 225. Campinas, 2003. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2003/ju226pg2b.html. Acesso 02 de novembro de 2011.

BOTELHO, Maurílio Lima. Forma e etos do trabalho: ensaio sobre a reformulação de uma ideologia. **Revista Katálýsis**. Editora UFSC. Vol. 12 n. 2, Florianópolis, 2009.

BRITO, FAUSTO. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Brasil,%20Final%20de%20S%C3%A9culo%20-%20A%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Para%20Um....pdf>. Acesso: 16 de agosto de 2011.

BRITO, FAUSTO. As Migrações Internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>. Acessado em: 16 de agosto de 2011.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. **Resolução N° 224 de outubro**. Florianópolis, 2010.

COSTA, Tereza Hilda Bezerra Souza; Lima, Rochelly Euzébio de. Questão Urbana e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n° 74. São Paulo: Cortez, 2004.

CRUZ, Jeane Jacques. **A experiência do Programa de Subsídio à habitação de Interesse Social (PSH) na Comunidade do Morro do Mocotó**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010/1.

DEMO, Pedro. Capitalismo Contemporâneo e Política Social. **Revista Katálýsis**. Editora UFSC. Vol. 8, Florianópolis, 2005.

EATON, John. **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965.

FÁVERO, Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras. Famílias de Crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. Paulus, São Paulo, 2008.

FLORIANÓPOLIS. **Programa Habitar Brasil BID, Projeto Bom Abrigo Mocotó**. Florianópolis, 2002.

_____. **Sub- Projeto Técnico Social do Projeto do Maciço do Morro da Cruz**. Florianópolis, SMHSA, novembro de 2007.

_____. **Política Habitacional de Florianópolis**. Florianópolis, 2009.

_____. **Decreto N° 8719 de 24 de janeiro de 2011**. Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência a área da comunidade Papaquara no município de Florianópolis afetada pela enxurrada. Florianópolis, 2011.

_____. **Decreto N° 8733 de 28 de Janeiro de 2011**. Institui o “Assistência Reconstrução”, voltado ao atendimento das unidades familiares da área da comunidade Papaquara. Florianópolis, 2011.

_____. **Relatório de Intervenção – Comunidade Papaquara**. Florianópolis, 2011.

FRAGA, Shirley Terezinha. **A migração de trabalhadores (as) do oeste e a sua inserção no processo de precarização do trabalho em Florianópolis.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. 2006.56f. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal. **Imagem Google Earth.** 2011. Operação da Prefeitura no Papaquara começa nesta terça-feira. Disponível em <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=3259>. Acesso: 27 de agosto de 2011.

FUNES, Silvia. **Regularização Fundiária na Cidade de Piracicaba – SP: Ações e Conflitos.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 2008.

IBGE. Censo Demográfico 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso: 18 de setembro de 2011.

_____. Dados Históricos do Censo, 1997. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm. Acesso: 21 de setembro de 2011.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Moradia. São Paulo, 2000.

JUNIOR, Eduardo Marandola; HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia. **IN: Revista Brasileira de Estudos Populacionais.** São Paulo, 2005.

JUSTINO, Juliane C. **A Política de Habitação em Santa Catarina em tempos recentes.** Dissertação. Pós-graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

KORC, Paulina. **Ações de negociações no processo de remanejamento das famílias atingidas pelo Programa HBB da região Chico Mendes e comunidades do Morro do Mocotó.** MBA em Gestão Urbana Habitacional e do Desenvolvimento Social. Centro de Educação Superior Única, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

LISBOA, Teresa Kleba; GONÇALVES, Rita de Cássia. Sobre o método da história oral em sua mobilidade trajetórias de vida. **Revista Katálýsis.** Editora UFSC. Vol. 10, Florianópolis, 2007.

LONARDONI, Fernanda Maria. **Aluguel, informalidade e pobreza: o acesso à moradia em Florianópolis.** Dissertação. Pós-graduação em Urbanismo História e Arquitetura da Cidade. – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LORENZETTI, Maria Silva Barro. **A questão habitacional no Brasil**. Consultoria Legislativa. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/documentosepesquisa/publicacoes/estnottec/pdf/107075.pdf> Acesso: 26 de agosto de 2011.

LUSSI, Carmem e MARINUCCI, Roberto. “Vulnerabilidade social em contexto migratório” Disponível em: http://www.csem.org.br/artigos_port_artigos07.html. Acesso: 28 de agosto de 2011.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. IN ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (orgs) In: **A cidade e o pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000 (p.121-192).

_____. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOREIRA, Tomás Antonio Moreira; NETO, Joaquim de Britto Costa. Preço de desapropriação de terras: limites às políticas públicas nas áreas de habitação, meio –ambiente e vias públicas e São Paulo. MARICATO, Ermínia. (Orgs). In: **Relatório final de Pesquisa com as contribuições do seminário: A questão Fundiária e as Políticas Sociais**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.

NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. São Paulo, Cortez, 1987.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária**. *Estud. av.* [online]. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a06.pdf>. Acesso: 24 de agosto de 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCHIESTL, Saraga. Papaquara sem solução. **Notícias do Dia**. Florianópolis, 21 de setembro de 2011, Seção Especial, p. 03.

SILVA J.A. Curso de direito constitucional positivo. 16ª ed. São Paulo: Malheiros; 1999.

SMOLKA, Martim O. Regularização da ocupação do solo urbano; a solução que é parte do problema, problema que é parte da solução. In: ABRAMO, Pedro (Orgs.). **O Desafio das Cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro; Sette Letras, 2003)

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. t. 1, p. 211-244.

TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (Orgs.). **Nas tramas da cidade: Trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo, 2006.

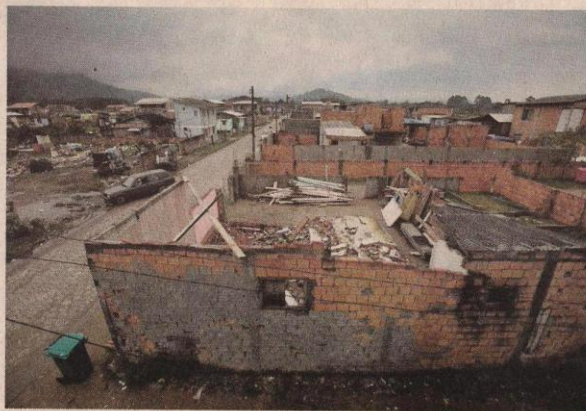
HIRATA, Daniel Veloso; JUNIOR, Jose César de Magalhães; TELLES, Vera da Silva. Ao lado, o outro lado: veredas incertas. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (Orgs.). **Nas tramas da cidade: Trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo, 2006.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. 2ªed. São Paulo; Cortez, 1996.

VELLOSO, Carlos Mario da Silva. **Dos direitos sociais na constituição do Brasil**. Madri, 2003. Disponível em: www.ufrnet.br/~tl/.../velloso_carlos_dos_direitos_sociais_na_cf.pdf. Acesso: 12 de setembro de 2011.

ANEXOS

ANEXO 01 – PAPAQUARA SEM SOLUÇÃO - JORNAL NOTÍCIAS DO DIA



FOTOS ROSANE LIMAND

Contraponto. À esquerda, a APP antes ocupada pelas famílias que atualmente constroem suas casas exatamente ao lado do antigo local. A área ocupada é patrimônio da União

Papaquara sem solução

Depois da enchente. Famílias usam dinheiro da indenização para permanecer na área

SARAGA SCHIESTL
 saraga@noticiasdodia.com.br
 @saraga_ND

FLORIANÓPOLIS — Durante cinco anos a catadora de recicláveis Tereza Moreira da Silva, 59, viveu em APP (Área de Preservação Permanente), às margens do rio Papaquara, comunidade localizada no bairro Vargem Grande, Norte da Ilha. Há seis meses, ela e outras 58 famílias deixaram suas moradias depois de uma enchente, no dia 22 de janeiro deste ano, que devastou o lugar. Pela saída da região, a prefeitura lhes indenizou com R\$ 10 mil, mais seis parcelas de R\$ 400 referentes ao aluguel social. Apesar das famílias garantirem que foram autorizadas a comprar terrenos em qualquer lugar, até mesmo nas proximidades do loteamento, a Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental de Florianópolis ressaltou que os terrenos do Papaquara são invadidos e pertencem à União.

Como os moradores da região são recicladores, boa parte decidiu permanecer no loteamento, mesmo sabendo que a área é ilegal. A catadora Tereza é um exemplo. Ela e os oito filhos construíram nove casas de madeira em um terreno adquirido com o dinheiro da indenização. "Eu tenho um recibo de compra e venda", explicou Tereza. Na mesma situação está o aposentado João Carmelo César, 83, que mora há cinco anos no Papaquara. "Aqui ninguém tem escritura. Com certeza, gostaríamos de ter mais segurança dos nossos terrenos", esclareceu.

Para Tereza, só falta construir os banheiros de algumas casas. "Para isso, vamos esperar as próximas parcelas do aluguel social", afirmou. O secretário adjunto de Habitação e Saneamento Ambiental, Nelson Bittencourt, disse que não existe a possibilidade da utilização desse dinheiro na melhoria das casas.

Ele esclareceu que os beneficiados pelo aluguel social não recebem esse dinheiro em mãos. "Repasamos para os locatários das casas. Não há como usufruírem desse dinheiro, somente para pagar o aluguel", completou.



Dificuldade. Tereza e seus filhos enfrentam adversidades para sobreviver

PMF afirma que está de "mãos atadas"

A expectativa de Nelson Bittencourt era de que as famílias utilizassem os R\$ 10 mil oferecidos pela indenização para voltar às suas cidades de origem. "Infelizmente, não temos o controle sobre o uso desse dinheiro", afirmou. Uma das saídas apontadas pelo secretário seria a construção de casas populares em um terreno doado pela União — detentora da área da Papaquara — para o Município. "O problema é que o terreno apontado pela União foi tomado com a mudança do curso do rio. Ainda estamos estudando outros terrenos naquela região", sinalizou.

Enquanto isso, o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, José Carlos Ferreira Rauhen, afirmou se encontrar "de mãos atadas", quando o assunto é a comunidade do Papaquara. Para o secretário, fica difícil realizar a regularização dos terrenos do local antes da atualização do Plano Diretor do município. "Com o novo Plano Diretor conseguiremos avaliar melhor a situação de todo o Norte da Ilha", sinalizou.

Outra forma de melhorar a qualidade de vida dos moradores do Papaquara seria a criação de projeto semelhante ao realizado no Maciço do Morro da Cruz, com apoio do Governo Federal, através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). "Assim como o Papaquara, temos outras 65 áreas de invasão no município. Ainda não temos planos separados para cada uma delas", completou Rauhen.

Qualidade de vida precária na comunidade

A situação no loteamento é crítica. Cães e cavalos perambulam pela rua calçada com lajotas, vasculhando restos de alimentos no lixo largado na rua, principalmente nas proximidades do terreno, onde alguns moradores fazem a reciclagem. "A comunidade precisa que essa reciclagem seja organizada. Quando chove ou faz vento, o lixo vem todo para a rua e chega até o rio", denunciou o

vendedor Joceli de Souza, 43, que vive há cinco anos no Papaquara.

Rodeada pelos sobrinhos, a filha de Tereza, Rosa Marina da Silva, 31, explicou que na nova morada o grande temor da enchente foi embora. "Agora a água chega só na rua, não estraga nossas coisas dentro de casa. Por três vezes precisei sair correndo, com a água batendo na cintura", disse.

Denúncias de maus-tratos aos animais

Na última semana, dois cavalos foram retirados da comunidade Papaquara depois de denúncias de maus-tratos. "A situação é triste nessa comunidade, mas dependemos que a própria comunidade registre um BO (Boletim de Ocorrência) para que possamos buscar estes animais", assinalou a Diretora do Centro de Zoonoses de Florianópolis,

Maria da Graça Dutra.

A situação dos animais no Papaquara é complicada. A própria recicladora Tereza Moreira da Silva, 59, contou que um dos cavalos que utilizava para a reciclagem morreu doente. "Não tive mais condições de comprar um outro cavalo", disse a mulher, que hoje depende da renda dos filhos para sobreviver.

Saiu no **ND**



Na edição do dia 25 de janeiro de 2011, o prefeito Dário Berger anunciava a proibição da volta das famílias às margens do Papaquara.

APÊNDICE

APÊNDICE 01 – CONTROLE DAS ENTREVISTAS

Entrevista	Data de contato	Data da Entrevista	OBS.
Sujeito 01	17/08	20/08	Acompanhada pela líder comunitária. Realizada.
Sujeito 02	17/08	20/08	Acompanhada pela líder comunitária. Realizada.
Sujeito 03	17/08	20/08	Acompanhada pela líder comunitária. Realizada.
Sujeito 04	23/08	26/08	Novo contato no dia 26/08 antes do meio dia para confirmar. Não atendeu ao telefone. Recusa.
Sujeito 05	23/08	26/08	Novo contato no dia 26/08 antes do meio dia para confirmar. Confirmou, porém não compareceu no local marcado. Recusa.
Sujeito 06	30/08	03/09	Novo contato no dia 02/09 para confirmação da entrevistas. Realizada.
Sujeito 07	30/08	03/09	Novo contato no dia 02/09 para confirmação da entrevistas. Realizada.
Sujeito 08	07/09	08/09	Novo contato no dia 08/09 para confirmação. Telefone desligado. Recusa
Sujeito 09	07/09	09/09	Novo contato 08/09 para confirmação. Realizada.
Sujeito 10	08/09	09/09	Novo contato 08/09 para confirmação. Realizada.
Sujeito 11	08/09	14/09	Primeiro contato com marido dia 08/09. Ela retornou a ligação no mesmo dia. Ligação para confirmar no dia 12/09, solicitou transferência da entrevista para o dia 14/09. Ligação para confirmar 13/09. Realizada.
Sujeito 12	----- -	-----	Ligações: 08/09; 10/09; 12/09; desligado. Nenhum morador soube dar referências.
Sujeito 13	----- -	-----	Ligações: 08/09; 10/09; 12/09; desligado. Nenhum morador soube dar referências.
Sujeito 14	----- -	-----	Telefone inexistente, nenhum morador soube dar referências.
Sujeito 15	----- -	-----	Telefone inexistente, nenhum morador soube dar referências.
Sujeito 16	----- -	-----	De acordo com líder comunitária, morador voltou para a cidade de Origem.
Sujeito 17	----- -	-----	De acordo com líder comunitária, morador voltou para a cidade de Origem.
Sujeito 18	----- -	-----	De acordo com líder comunitária, morador voltou para a cidade de Origem.

APÊNDICE 02 – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro Sócio Econômico
Departamento de Serviço Social
Trabalho de Conclusão de Curso
Orientadora: Profa. Dra. Vera Herweg Westphal
Acadêmica: Michaeli de Freitas Goulart

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada(o) _____

Esta pesquisa faz parte da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Santa Catarina, e está sendo desenvolvida pela acadêmica Michaeli de Freitas Goulart sob a orientação da Professora Dra. Vera Herweg Westphal.

A pesquisa tem o objetivo de analisar a trajetória das famílias até a chegada na Comunidade Papaquara seguindo ao atual momento, após as indenizações e aluguel social destinadas a elas pela Prefeitura de Florianópolis, vistas os episódios da enchente ocorrida no início do ano de 2011. Tendo em vista: (a) a importância do conhecimento da realidade para o Serviço Social, bem como (b) a realização de reflexões para a intervenção nas suas áreas de atuação, e ainda, (c) o compromisso da defesa do direito dos cidadãos, viemos mui respeitosamente solicitar a sua participação na pesquisa.

Solicitamos assim, a sua colaboração para a realização desta pesquisa. As respostas serão sistematizadas e apresentadas no Trabalho de Conclusão de Curso, mantendo sigilo de identificação do/as participantes.

Esclarecemos que sua participação no estudo é de caráter voluntário e, portanto, o(a) Senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará à sua disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para responder as questões da pesquisadora e para publicação dos resultados.

Ass. Participante

Ass. Pesquisadora

Florianópolis, agosto e setembro de 2011.

APÊNDICE 03 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro para entrevista com as famílias

Perfil do Entrevistado

1. Idade do responsável pelo domicílio
2. Naturalidade
3. Estado civil
4. Profissão
5. Grau de Instrução
6. Composição Familiar:

Nome	Parent	Idade	Est.Civ	Sexo	Instrução	Profissão

Trajetória de migração e habitação/moradia

1. No município de origem, com quem morava?
2. Como era a moradia na cidade de origem?
3. Qual era a ocupação profissional no local?
4. O que impulsionou a sair do município?
5. Por quantas cidades moraram antes de chegar à comunidade Papaquara?
6. Antes de se dirigirem à comunidade Papaquara, já havia algum parente ou amigo na comunidade?
7. Quais foram as fontes de apoio em Florianópolis (PMF, Igreja, Associação)
8. Qual era a expectativa em morar em Florianópolis?
9. Como era a moradia em que morava na Papaquara?
10. Diante das diversas moradias que já tenham passado, qual seria o modelo ideal referente a uma casa?

Situação Atual

1. Quais as dificuldades encontradas em Florianópolis?
2. Quais vantagens encontrados em Florianópolis?
3. A indenização e aluguel social destinado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis contemplaram o ideal de moradia imaginado pela a família?
4. Há o desejo de voltar ao município de origem? Por quê?
5. A família possui planos para permanência em Florianópolis?